



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IX
LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

JOÃO VICTOR SANTOS DA SILVA

BERNARDO GUIMARÃES E A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO
CONTEXTO ESCRAVISTA DO SÉCULO XIX:
UM ESTUDO ANALÍTICO-REFLEXIVO DO ROMANCE A *ES CRAVA ISAURA*

Barreiras - Bahia

2024

JOÃO VICTOR SANTOS DA SILVA

**BERNARDO GUIMARÃES E A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO
CONTEXTO ESCRAVISTA DO SÉCULO XIX:
UM ESTUDO ANALÍTICO-REFLEXIVO DO ROMANCE A *ES CRAVA ISAURA***

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus IX, como trabalho de conclusão do curso de Letras Vernáculas, sob orientação da professora Ma. Josânia Silva Santos.

Barreiras - Bahia
2024

JOÃO VICTOR SANTOS DA SILVA

**BERNARDO GUIMARÃES E A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO
CONTEXTO ESCRAVISTA DO SÉCULO XIX:
UM ESTUDO ANALÍTICO-REFLEXIVO DO ROMANCE A ESCRAVA ISAURA**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus IX, como trabalho de conclusão do curso de Letras Vernáculas, sob orientação da professora Ma. Josânia Silva Santos.

COMPOSIÇÃO DA MESA EXAMINADORA



Profª Ma. Josânia Silva Santos
Professora Orientadora
(UNEB - DCH IX)



Profª Dra. Fátima Leonor Sopran
Professora Examinadora
(UNEB - DCH IX)



Prof. Dr. Nelson de Jesus Teixeira Júnior
Professor Examinador
(UNEB - DCH IX)

À minha mãe, Janete, por sua incansável dedicação e amor incondicional; à minha bisavó, Corina, cuja força e sabedoria têm sido perpétuas fontes de inspiração; e à minha avó, Cizaltina, pelo imenso afeto e apoio constante. Vocês são as imponentes forças ancestrais que sustentam e iluminam minha trajetória.

*Nós somos o começo, o meio e o começo.
Nossas trajetórias nos movem, nossa
ancestralidade nos guia.*

Nego Bispo.

AGRADECIMENTOS

Aos deuses que me guiam, por não me deixarem esquecer minha essência e por sempre apontarem a direção correta das coisas.

Aos meus amigos e colegas de curso, Alana Leão e Raycá Morais, pelos momentos de descontração e parceria.

Aos professores Antônio de Pádua, Fátima Leonor e Josânia Santos, pelas valiosas lições de literatura.

Aos meus amigos Iane, João, Larissa, Thiago, Wanderson e William, por tudo (não consegui descrever detalhadamente a razão do agradecimento. São coisas de alma. Vocês entendem).

Aos meus irmãos, Lucas, pela eterna parceria e Ikaró (o diska), pela existência que, ao meu ser, emana leveza.

E ao “Choko”, o Lucas, por ter sido luz nas fases finais da minha trajetória acadêmica.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as complexidades das relações raciais e sociais do século XIX no Brasil, a partir da leitura do romance *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. Para tal, enfocamos as problemáticas relacionadas à miscigenação, especialmente nas vivências de Isaura, uma escrava de pele clara e protagonista da obra. Nesse contexto, investigamos as relações-problemas identificadas no enredo, contrastando-as com questões históricas do período da narrativa. Além disso, discutimos o papel da miscigenação na obra, destacando como Isaura, apesar de sua pele clara, enfrenta injustiças devido à sua ascendência mista. Para examinar esses dilemas, realizamos uma pesquisa qualitativa fundamentada em uma leitura crítica e descritiva do acervo bibliográfico que sustenta esta monografia. O interesse pela temática surgiu do reconhecimento de que o romance reflete as disparidades enfrentadas por indivíduos sob um viés racial, fatores ainda presentes no contexto atual, tornando essencial a elaboração de pesquisas no âmbito universitário para promover a conscientização e a compreensão das experiências das comunidades racialmente marginalizadas. A análise concentrou-se em trechos específicos da obra, corroborando a hipótese de que o tratamento privilegiado recebido por Isaura, em comparação aos escravos negros, deve-se à coloração de sua pele. No entanto, sua pele clara e a classificação como bela não anulam sua miscigenação, sendo filha de uma escrava negra, o que é suficiente para que ela seja desumanizada e mantida como escrava. Como suporte teórico, este trabalho utilizou principalmente os estudos de Candido (1999-2002), Coutinho (1986), Guinsburg (1985), Moisés (2010), Munanga (2020), Nascimento (1978), entre outros estudiosos de literaturas e fatores étnico-raciais. Por fim, o romance *A Escrava Isaura* permitiu-nos refletir acerca das vicissitudes das identidades brasileiras, especialmente considerando as desigualdades sociais em uma nação miscigenada, onde a proximidade da identidade negra gera obstáculos, enquanto a aproximação de características brancas suscita privilégios.

Palavras-chave: Literatura. Miscigenação. Relações raciais. Desigualdades. Análise.

ABSTRACT

This work aims to analyze the complexities of racial and social relations in the 19th century in Brazil, based on the reading of the novel *A Escrava Isaura*, by Bernardo Guimarães. To this end, we focus on issues related to miscegenation, especially on the experiences of Isaura, a light-skinned slave and protagonist of the work. In this context, we investigated the problem-relations identified in the plot, contrasting them with historical issues from the narrative period. Furthermore, we discuss the role of miscegenation in the work, highlighting how Isaura, despite her light skin, faces injustice due to her mixed ancestry. To examine these dilemmas, we carried out qualitative research based on a critical and descriptive reading of the bibliographic collection that supports this monograph. The interest in the theme arose from the recognition that the novel reflects the disparities faced by individuals from a racial perspective, factors that are still present in the current context, making it essential to carry out research at the university level to promote awareness and understanding of the experiences of racially biased communities. marginalized. The analysis focused on specific excerpts from the work, corroborating the hypothesis that the privileged treatment received by Isaura, in comparison to black slaves, is due to her skin color. However, her light skin and classification as beautiful do not nullify her miscegenation, as she is the daughter of a black slave, which is enough for her to be dehumanized and kept as a slave. As theoretical support, this work mainly used the studies of Candido (1999-2002), Coutinho (1986), Guinsburg (1985), Moisés (2010), Munanga (2020), Nascimento (1978), among other scholars of literature and factors ethnic-racial. Finally, the novel *A Escrava Isaura* allowed us to reflect on the vicissitudes of Brazilian identities, especially considering social inequalities in a mixed-race nation, where the proximity of black identity generates obstacles, while the proximity of white characteristics gives rise to privileges.

Keywords: Literature. Miscegenation. Race relations. Inequalities. Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	14
RAZÃO; ROMANTISMO, SUAS FASES E A ESCRAVA ISAURA.	
1.1 PRÓLOGO	14
1.2 A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO ROMÂNTICO NA ESFERA SOCIAL	15
1.3 O MOVIMENTO ROMÂNTICO E A CONSTRUÇÃO DE UMA LITERATURA NACIONAL.....	20
1.4 AS FASES DO ROMANTISMO BRASILEIRO E A ESCRAVA ISAURA.....	24
1.4.1 PRIMEIRA FASE - NACIONALISTA / INDIANISTA	25
1.4.2 SEGUNDA FASE - ULTRARROMÂNTICA	26
1.4.3 TERCEIRA FASE - CONDOREIRA.....	30
CAPÍTULO 2	32
A MISCIGENAÇÃO BRASILEIRA, SUAS COMPLEXIDADES E O SEU REFLEXO NO ROMANCE.	
2.1 PRÓLOGO	32
2.2 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA.....	33
2.3 O CRIME DA MISCIGENAÇÃO E OS SEUS IMPACTOS NA COMPLEXA PERCEPÇÃO RACIAL DO BRASIL E NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE ISAURA.	35
CAPÍTULO 3	41
ANÁLISE: SÉCULO XIX E O IMPACTO DA MISTURA DE RAÇAS NA CONSTRUÇÃO DO ROMANCE A ESCRAVA ISAURA.	
3.1 PRÓLOGO	41
3.2 O CONTEXTO HISTÓRICO RACIAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX - PERÍODO EM QUE SE INSERE A HISTÓRIA DE ISAURA	42
3.3 A (NÃO) INFLUÊNCIA DOS EVENTOS HISTÓRICOS ESCRAVISTAS (LEIS ABOLICIONISTAS) DO SÉCULO XIX NA OBRA DE BERNARDO GUIMARÃES.....	45
3.4 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE ISAURA: DO “PRIVILÉGIO” A DESUMANIZAÇÃO.	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Bernardo Guimarães foi autor, poeta e advogado abolicionista brasileiro, que viveu de 1825 a 1884, tendo nascido em Ouro Preto - Minas Gerais. O estilo literário do autor é marcado por aspectos que ressaltam a sensibilidade, além das características românticas¹. Assim, sua admirável contribuição para a literatura brasileira se estende através das suas produções que exploram abordagens pertinentes de sua época. Nesse sentido, destaca-se a obra *A Escrava Isaura*, romance que se aprofunda nas complexas questões da escravidão e da busca pela liberdade na conjuntura brasileira do século XIX.

Deste modo, em *A Escrava Isaura* o autor narra a história de uma escrava branca, fruto do cruzamento entre um português branco e uma mulher negra escravizada, e os obstáculos vivenciados por ela no cenário brasileiro do século XIX. A narrativa tem por foco a busca de Isaura por liberdade e percorre, de maneira profunda e sensível, a complexidade da escravidão e suas ramificações sociais. E é dessa forma que o livro se acentua, tanto pela abordagem humanizada, quanto pela sensibilidade na ótica em que explana temáticas raciais e sociais do Brasil oitocentista.

Para além da obra supracitada, destaca-se o notável legado literário deixado por Bernardo Guimarães, manifestado através de seus versos e outras narrativas ficcionais. Demonstrando uma destreza singular, o literato habilmente capturou a essência da vida no campo e das tradições culturais vigentes no Brasil daquela época, proporcionando aos leitores uma perspectiva envolvente e minuciosa desse universo. Seu estilo literário é notado por sua sensibilidade em relação à vivência humana e sua abordagem romântica, que comovia os leitores ao explorar assuntos profundos e de grande impacto. Logo, suas contribuições deixaram uma marca perdurável no panorama da literatura brasileira.

¹ Referente ao Romantismo. Movimento artístico e cultural que destaca as emoções, a subjetividade e o individualismo.

Outrossim, a análise construída nessa monografia teve como ponto de partida a 5ª edição da renomada obra *A Escrava Isaura*, publicada, pela primeira vez, em 1875. A escolha do manuscrito foi realizada uma vez que ele aborda a temática da miscigenação no contexto do Brasil colonial, que se destaca, na trama, tanto por um viés racial, quanto por um aspecto social, o que torna evidente as complexidades das relações raciais e a hierarquia social baseada em padrões de cor de pele. Além disso, a narrativa explora as implicações emocionais resultantes da interação entre diferentes raças e das disparidades no tratamento dispensado aos personagens pertencentes a esses grupos distintos. Dito isso, entendemos que a construção de um conhecimento que perpassa os cenários supracitados tem uma contribuição na promoção social do pensar antirracista, tendo em vista que estudos deste viés permitem que as pessoas compreendam as nuances e os impactos do racismo no contexto brasileiro, como coopera o pensador Kabengele Munanga, ao dizer que “Educação cidadã é primordial para enfrentar o racismo”.²

Dadas as considerações acima, destacamos que o processo historiográfico de miscigenação, ocorrido no Brasil a partir do processo de colonização portuguesa, entre os séculos XVI e XIX, procedeu profundas marcas no que diz respeito às relações raciais entre brancos (portugueses), negros (africanos) e indígenas (povos originários). Para mais, no tocante a este tema, entende-se que por meio de um discurso eurocêntrico dos colonizadores (brancos), fomentou-se a ideologia do branqueamento, o mito da democracia racial e a supervalorização da mestiçagem, enquanto desdobramentos do racismo brasileiro, viabilizado por uma estrutura de poder introduzida por meio de um contexto histórico acometido por estratégias que objetivam a manutenção de uma sociedade dominada pela branquitude.

Posto isso, a identidade ambígua de Isaura, protagonista do livro, originada da miscigenação, constitui um tema recorrente. Sua existência evidencia as inflexíveis estratificações raciais vigentes na sociedade, nos quais a ascendência étnica não só determina o status, mas também as oportunidades e o tratamento recebido. Assim, Isaura enfrenta dilemas tanto internos quanto externos,

² Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-cidada-e-primordial-para-enfrentar-o-racismo-diz-kebengele-munnga/>

indagando sua aceitação e busca por um senso de pertencimento. A narrativa revela de que maneira as categorizações raciais moldam as experiências individuais, muitas vezes contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos.

A abordagem da miscigenação na obra também lança luz sobre a exploração e o poder inerentes às relações entre senhores e escravizados. E, além disso, a trama questiona a perspectiva da sociedade da época acerca dos ideais de beleza associados à pele branca. Ao destacar Isaura como uma exceção entre os personagens negros da trama, a obra desafia as normas de beleza da sociedade escravocrata do século XIX. Isaura é frequentemente retratada como uma figura atraente e delicada, contrapondo-se às expectativas moldadas por estereótipos racistas.

Contudo, essa representação de Isaura também pode ser interpretada como uma maneira de reforçar a ideia de que a aceitação ou valorização da beleza está vinculada à adesão aos padrões ocidentais. Isso complexifica a narrativa ao sugerir que, para ser admirada, a beleza precisa se alinhar com características associadas à pele branca.

Essa problematização ajuda a promover uma reflexão mais abrangente sobre as representações de beleza na literatura e seu impacto nas percepções sociais e culturais. Além disso, evidencia a necessidade de questionar e reavaliar os padrões estéticos estabelecidos, a fim de promover uma maior diversidade e inclusão nos meios artísticos e na sociedade como um todo.

Diante dos problemas introduzidos, neste estudo temos a pretensão de, através das questões demandadas por Bernardo Guimarães, em seu romance *A Escrava Isaura*, investigar como os desdobramentos desta obra perpassam problemáticas que envolvem a miscigenação como um artifício que torna Isaura desprendida de tratamentos brutais em relação aos negros escravizados, uma vez que ela não era vista pelos seus senhores como semelhante. Isso, a fim de contrastar as relações-problemas postas na narrativa da obra com questões históricas da época em que se insere o romance. Neste sentido, buscamos, neste trabalho, responder às indagações: A obra de Guimarães retrata a realidade das relações raciais do século XIX? Por que Isaura, descrita na obra como um sujeito

de “pele alva”, não usufrui, na narrativa, dos mesmos privilégios dos outros personagens brancos? Como se dá a construção da imagem dela? Isso impacta na maneira hostil em que é tratada?

Sob essa óptica, frisa-se que este estudo se fundamenta na necessidade de intensificar pesquisas de noções raciais no âmbito científico/ acadêmico, visando desenvolver e plurificar compreensões voltadas à integração racial que molda as sociedades hodiernas, enriquecendo, assim, o âmbito universitário, uma vez que a investigação promove a diversidade de saberes e viabiliza perspectivas socialmente negligenciadas.

Esta monografia é resultante de um estudo de caráter qualitativo que se concentra na investigação de *A Escrava Isaura*, obra literária da segunda geração romântica que possui atributos abolicionistas, aborda questões relacionadas à escravidão e critica indiretamente o sistema escravista da época. Assim, transitamos pelo contexto histórico da obra, mergulhamos dentre fases do romantismo (dando ênfase a qual a obra se insere), analisamos questões étnico-raciais presentes no enredo, fizemos um breve estudo histórico da formação populacional brasileira, baseando-nos em etnias e, sobretudo, buscamos responder as perguntas problemas que dão rumo a nossa investigação científica/literária.

Sob essa perspectiva, foi essencial debruçar-nos sobre fontes intelectuais negras, tendo em vista as incisivas constatações destas em prol da conscientização, compreensão e da formação do sujeito crítico, em termos de questões raciais, injustiças sociais e promoção de mudança. Buscamos, assim, embasamento bibliográfico nos estudos dos intelectuais negros: Kebengele Munanga (2020), Abdias do Nascimento (1978-1980) e Henry Louis Gates Jr. (2024).

Em termos da teoria literária, apoiamos nos estudos de Mussau Moisés (2001-2010), Eric Hobsbawm (1982), Jacob Guinsburg (2019), Wilton José Marques (2010), Afrânio Coutinho (1986) e Paul Tieghem (1988). E, quanto às questões históricas/sociológicas: Antônio Candido (1999-2002), Nelson Werneck Sodré (1982), Francisco de Varnhagen (1965), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Octávio Ianni (1978).

CAPÍTULO 1

RAZÃO; ROMANTISMO, SUAS FASES E A ESCRAVA ISAURA.

*O romantismo é um produto do cristianismo. Religiosidade exagerada, veneração fantástica às mulheres e valentia cavalheiresca, portanto **Deus, a dama e a espada** são os símbolos daquilo que é romântico.*

Arthur Schopenhauer.

1.1 PRÓLOGO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise reflexiva dos procedimentos étnicos-raciais na composição do romance *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, com ênfase na observação dos atributos que reincidentem nas relações sociais vivenciadas pela personagem Isaura, a protagonista da obra, a fim de explorar a noção de fidelidade da obra com o real contexto escravista do século XIX.

Numa breve apresentação, o conteúdo temático desse romance restringe-se à história de Isaura, uma jovem escrava notavelmente bonita e talentosa³, filha de mãe negra escravizada e pai branco português. Ela desperta o desejo de várias pessoas, incluindo seu senhor, Leôncio, e seu amigo, Álvaro, que está determinado a libertá-la.

Este romance explora temas importantes como a escravidão, o preconceito racial e a busca pela liberdade, ambientados no Brasil do século XIX. Isaura enfrenta inúmeras dificuldades e tragédias enquanto luta pela sua liberdade e pelo amor verdadeiro. A história destaca a luta contra a opressão e a busca pela igualdade em uma sociedade profundamente marcada pela escravidão.

³ Na obra, a personagem é descrita como inteligente, educada, dedicada aos seus afazeres e talentosa para música. Isaura tocava piano e tinha uma bela voz.

A *Escrava Isaura* é considerada uma obra fundamental na literatura brasileira e foi adaptada para várias formas de mídia, como telenovelas e filmes, ao longo dos anos. Assim, o escrito permanece como um objeto de estudo e debate, refletindo a história e as complexidades sociais do Brasil durante o período da escravidão.

Para introduzir a abordagem aqui proposta, inicialmente abordaremos a escola literária a qual o livro em análise pertence, dando destaque à sua geração, tendo em vista a relevância desse enquadramento para uma compreensão mais aprofundada da obra.

1.2 A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO ROMÂNTICO NA ESFERA SOCIAL

O Romantismo é um movimento artístico no qual suas origens devem ser procuradas na Inglaterra e na Alemanha. Entretanto, a França também teve a sua importância, uma vez que desempenhou principalmente o papel de coordenadora e amplificadora, ajudando, assim, a difundir o movimento (MOISÉS, 2010). Nesse sentido, de acordo com Moisés (2010)

Como se sabe, a Escócia está geograficamente separada da Inglaterra pelas montanhas Cheviots, as chamadas "highlands" (terras altas) do sul. Até a segunda metade do século XVI, a separação fora também linguística e cultural, sem contar as lutas entre os dois países vizinhos, que só se consideram terminadas no reinado da Rainha Ana, a 1º de maio de 1707. Nesse intervalo, a Inglaterra exporta para a Escócia os produtos do Classicismo francês, em tudo contrário à literatura popular escocesa, que existira até fins do século XVI, e que agora se reduzia à transmissão oral (MOISÉS, 2010, p. 287).

Diante disso, torna-se evidente o modo em que a Inglaterra influenciou a Escócia, ao introduzir os produtos do Classicismo francês, um movimento literário e artístico que valorizava a razão, a ordem e as normas clássicas, enquanto a literatura escocesa era rica em tradições orais e histórias populares.

O Classicismo francês atuava como uma força cultural dominante que se contrapunha às tradições populares escocesas. Esse conflito entre o Classicismo e as tradições populares pode ser visto como um dos elementos que mais tarde

contribuíram para o advento do Romantismo, que valorizava a cultura local, a emoção, a imaginação e a individualidade – em contraste com os valores racionalistas e universais do Classicismo. Segundo Moisés (2010)

Tudo, razões políticas e literárias, convidava a uma rebelião que visasse a instaurar o prestígio dessas velhas lendas, baladas e canções que corriam na voz do povo. O primeiro a erguer-se contra a referida poesia clássica foi o escocês Allan Ramsay (1686-1758), a partir de 1724, quando publica uma antologia de velhos poemas escoceses, sob o título de *The Evergreen*, a que se segue outra coletânea de velhas canções, *The Teatable Miscellany* (1724-1727), e, por fim, *The Gentle Shepherd* (1725), anunciando o aparecimento da poesia baseada no sentimento da natureza (MOISÉS, 2010, p. 287).

A partir desse momento, observou-se uma grande quantidade de escritores escoceses e ingleses que se inspiraram na “escola do Sentimento”, em oposição à “escola da Razão”. Dentre eles, destacaram-se:

James Thomson (1700-1748), autor de *The Seasons* (1726-1730), enformadas por uma visão clássica do mundo na qual já se percebem traços de sentimento da Natureza; Edward Young (1683-1765), autor de *The Complaint, or Night Thoughts on Life, Death and Immortality* (1742-1745), dá início à poesia noturna e funérea; Samuel Richardson (1689-1761), considerado precursor do romance, com *Pamela* (1740-1741), *Clarissa Harlowe* (1747-1748) e *Sir Charles Grandison* (1753-1754), e tantos outros (MOISÉS, 2010, p. 287-288).

O movimento romântico ganhou formas na última década do século XVIII e que percorre o século XIX, tendo uma estreita conexão com dois eventos históricos de grande relevância que moldaram o cenário europeu - a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. As duas revoluções promoveram e geraram novos processos, desencadeando forças que resultaram na formação da sociedade moderna, moldando em grande parte os seus ideais sociais (GUINSBURG, 2019, p.24).

Com o avanço da industrialização e o declínio da aristocracia, houve uma mudança de valores e perspectivas, levando a uma valorização renovada do natural, da espontaneidade e da individualidade em oposição aos princípios racionais e universais defendidos pelo Classicismo.

Dessa forma, podemos afirmar que esses acontecimentos desempenharam um papel fundamental na moldagem social. Eles trouxeram à tona conceitos como democracia, direitos humanos, industrialização e urbanização em larga escala. Para mais, os princípios de equidade social e igualdade, que surgiram das

Revoluções Francesa e Industrial, permaneceram como ferramentas indispensáveis na definição das estruturas sociais do Ocidente e tiveram um impacto significativo na evolução dos sistemas políticos e econômicos contemporâneos.

Assim sendo, o Romantismo tornou-se, juntamente com o movimento renascentista, um dos principais eventos da vida intelectual da Europa, que abrange a pintura, a escultura, a arquitetura, a música e a literatura, que tiveram forte influência das mudanças sociais, políticas e culturais, causadas tanto pela Revolução Industrial, quanto pela Francesa. Conquanto,

O Romantismo constitui profunda e vasta revolução cultural cujos efeitos não cessaram até os nossos dias. Além das Letras e das Artes, o conhecimento científico, filosófico e religioso sofreu um impacto que ainda repercute na crise permanente da cultura moderna. Na verdade, as metamorfoses contínuas e galopantes sofridas pela atividade artística desde o começo do século XX apenas prolongam e desenvolvem matrizes culturais postas em circulação com o advento do Romantismo (MOISÉS, 2001, p. 315).

Sob esse prisma, evidencia-se a relevância do movimento romântico para a pluralidade artística, refletida na diversidade de temáticas, manifestada através da liberdade de expressão fomentada pelo contexto histórico que findou o Romantismo. Quanto às temáticas, destacam-se o nacionalismo, a religiosidade e a idealização da mulher. Assim, dando ênfase ao caráter plural do Romantismo, o professor Jacob Guinsburg (2019) sinaliza que

Ele pode apresentar-se como uma dentre uma série de denominações como Classicismo, Barroco, Maneirismo, pelas quais designamos os vários agrupamentos de formas e peculiaridades que são os estilos, os modos de formar, e que traduzem qualidades e estruturas da obra de arte. Mas o Romantismo designa também uma emergência histórica, um evento sócio-cultural. Ele não é apenas uma configuração estilística ou, como querem alguns, uma das duas modalidades polares e antitéticas - Classicismo e Romantismo - de todo o fazer artístico do espírito humano (GUINSBURG, 2019, p.13-14).

Neste excerto, o professor escreve que o Romantismo é um fenômeno que ultrapassa uma configuração estilística e por isso, não deve ser polarizado. E constata, ainda, que o movimento deve ser analisado enquanto um evento que reflete mudanças e emergências na sociedade e na cultura, além de ser uma maneira de criar arte que expressa qualidades e estruturas distintas, o que destaca, sobretudo, a natureza multifacetada e complexa do Romantismo, que

abrange mais do que apenas um estilo artístico.

Sob essa lógica, entendemos as manifestações romancistas como uma atividade a qual sua essência abarca uma diversa gama de expressões artísticas, a qual foi atribuída características que denotam emoção, individualidade, imaginação e rejeição de convenções neoclássicas. Além disto, outro fundamento para esta complexidade se dá pelo motivo do movimento ser variável em diferentes países e períodos, o que promoveu a pluralidade de ideias, diversos modos de expressão e contextos que marcaram este período, enriquecendo-o de maneira significativa. Destarte, é válido frisar que o Romantismo, embora compartilhe traços comuns globalmente, se manifestou de maneira singular, incorporando as preocupações culturais e sociais distintas de cada nação. Dessa forma, cada movimento romântico enriqueceu a herança literária e cultural de sua própria região.

Nesse viés, entendemos, portanto, o Romantismo enquanto um fenômeno histórico, de múltiplas manifestações que impactou a realidade cultural de muitos países pelo mundo. Quanto a isso, Guinsburg (2019, p.14) afirma que “[...] o Romantismo é um fato histórico e, mais do que isso, é o fato histórico que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica”. Diante deste fragmento, Guinsburg confirma que a Escola vai além de um recorte artístico específico, apontando-a como um evento histórico, uma ocorrência que deixou uma marca duradoura nas sociedades e na forma como as pessoas pensam.

Ademais, podemos comentar, perante a citada contribuição do professor Guinsburg sobre o impacto na consciência humana, como o movimento romântico moldou a perspectiva das pessoas sobre como se veem e a percepção do mundo que as cercam. Observemos, ainda, como ele fomentou a ideia de que tanto a história quanto a cultura desempenharam um papel crucial na nossa compreensão do presente, o que estimula-nos a valorizar as raízes culturais e a identidade de uma comunidade. Além disso, o autor alude ao essencial papel que o Romantismo teve em elevar a relevância da consciência histórica como um ponto de referência significativo na evolução do pensamento humano. Tal fato pode ser entendido como um reconhecimento da relevância de olhar para o passado como um recurso

valioso para compreender o presente e influenciar o futuro.

Outrossim, esse período artístico é antecedido pelo Século das Luzes⁴ - ou Iluminismo -. Assim, antes do Romantismo havia uma concepção histórica baseada em princípios judaico-cristãos, de modo em que tudo era visto como plano de Deus, desde a criação do mundo até o juízo final e a chegada de um reino celestial para os justos e os santos. No entanto, com o Romantismo, as pessoas começaram a ter pensamentos mais diversos, de maneira que começaram a valorizar mais a individualidade e as emoções humanas do que a intervenção divina na história, afastando-as da visão teocêntrica e aproximando-as de concepções mais centradas nas relações e experiências humanas.

Mas o Romantismo pôs de lado não só o enfoque teológico judaico-cristão, como também a concepção clássica da História, porque no século XVIII, embora já se fale de uma história natural das instituições, o pensamento dominante é aquele que considera a História como produto das "vidas ilustres", do sábio, filósofo, herói, rei, gênio, cuja razão e ação (reifilósofo, déspota esclarecido), ainda que às vezes toldadas pelas paixões e pagando por estas falhas trágicas o preço heróico, iluminam e melhoram o homem, produzindo o aperfeiçoamento ou progresso nas suas instituições (GUINSBURG, 2019, p.14).

A partir deste fragmento, podemos destacar a imensa contribuição do Romantismo para a alteração de pensamentos na época em que esse movimento se inseriu no corpo social. Naquele período houve uma ruptura do enfoque teológico judeo-cristão e da concepção clássica da história, a qual valorizava figuras tidas como sábias e intelectuais. Em vez disso, os românticos carregavam características mais individualistas e destacavam questões humanas (como a valorização das emoções), de natureza sublime, teciam críticas à sociedade industrial, expressavam de maneira nacionalista e enfatizavam as diversas manifestações artísticas.

Deste modo, podemos confirmar uma visão progressista que se destacou nas discussões sobre a história. Assim, tal progresso passou a ser visto como uma alternativa ao tradicionalismo anteriormente impregnado, o qual destacava uma visão convencional de um plano divino ou providência de Deus. Nesse sentido, as pessoas passaram a acreditar nas suas próprias ações como ferramentas de mudança social, ao invés de esperar que um deus fizesse isso. As sociedades

⁴ O termo refere-se à luz simbólica do conhecimento, da razão e da emancipação intelectual que caracterizam o Iluminismo. Período histórico ocorrido durante os séculos XVII e XVIII, na Europa.

começaram a visualizar de modo diferente a forma como entendiam o curso da história e o papel dos seres humanos nele.

Nesse sentido, Guinsburg (2019, p.15) destaca que “o discurso histórico sofre mudança revolucionária. Deixa de ser meramente descritivo e repetitivo, para se tornar basicamente tanto interpretativo quanto formativo, genético”. Portanto, com o início do Romantismo, houve uma mudança substancial no discurso histórico. Isso implicou que os historiadores não se limitavam mais a simplesmente descrever eventos passados; em vez disso, passaram a buscar a compreensão do significado subjacente a esses eventos. Eles se empenharam em investigar as motivações, emoções e o contexto que influenciaram esses acontecimentos. Além disso, o discurso histórico tornou-se formativo e genérico. Isso implica que os românticos não apenas interpretavam o passado, mas também viam a história como algo que poderia moldar o presente e o futuro. Eles estavam interessados em como as lições da história poderiam influenciar as ações das pessoas no presente e, assim, afetar a construção do futuro.

Dadas as considerações acerca das mudanças sociais (aqui, destacamos fatores culturais, modos de agir e pensar) acometidas pela influência da queda do Iluminismo, após a chegada do Romantismo, apresentaremos, no tópico seguinte, como esse movimento se instaurou no Brasil. E, mais a frente, apontaremos os períodos românticos e suas características, evidenciando, sobretudo, o contexto histórico da segunda fase; período em que se publica a obra *A Escrava Isaura*. Isso, a fim de estimular reflexões introdutórias sobre problemáticas sociais que influenciam no enredo da obra.

1.3 O MOVIMENTO ROMÂNTICO E A CONSTRUÇÃO DE UMA LITERATURA NACIONAL

Tendo o Brasil como colônia, Portugal mantinha um domínio que não apenas explorava os recursos naturais e a riqueza do país, mas também impedia o pleno desenvolvimento econômico e político da colônia. Portugal impunha restrições comerciais, taxas e tributos que prejudicavam a terra Tupiniquim.

Nesse sentido, criou-se uma insatisfação e resistência por parte dos povos naturais do país, devido ao tratamento hostil provindo dos portugueses. Essa contrariedade passou a preocupar o Estado colonizador. Esse cenário adverso se despertou devido à exploração econômica, restrições comerciais, desigualdades sociais e à influência das ideias iluministas e das revoluções européias. Diante disso, Candido (2002) explica que

No começo do século XIX o Brasil estava numa situação que hoje podemos ver o quanto era contraditória, não apenas em sentido político, mas também cultural. Colônia de um país atrasado como Portugal, o estatuto de dependência já atrapalhava os movimentos de suas classes superiores, que desejavam cada vez mais ser também dirigentes. Os homens cultos, os clérigos, os proprietários sentiam mal-estar no mundo fechado que a Metrópole criara, não apenas impedindo o intercâmbio comercial, mas tomando a parte do leão nos produtos da riqueza e estabelecendo condições humilhantes para os naturais do país (CANDIDO, 2002, p. 7).

Observamos, diante dessa contribuição do sociólogo Antônio Cândido, o desafiador contexto brasileiro no início do século XIX. Diante deste conturbado cenário, percebemos a construção do desejo pela independência política e econômica e podemos afirmar que foram justamente esses fatores que tiveram cooperações cruciais na formação da identidade cultural e literária do Brasil. Portanto, entendemos esse fato como um marco que estabeleceu o início de uma literatura que refletia a realidade e os valores da nação que encontrava-se em desenvolvimento. Quanto a isso, o historiador Nelson Werneck Sodré (1982) postula que

Só na medida em que as condições econômicas evoluem, refletindo-se na ordem social, pela definição de classes e pelo papel que elas representam, conduzindo à formação de uma estrutura nacional de produção, é que surgem as possibilidades para o aparecimento de uma literatura nacional (SODRÉ, 1982, p.29).

Dessa forma, podemos compreender a estreita relação entre o desenvolvimento das condições econômicas e a formação de uma literatura nacional. Assim, podemos observar como a economia se faz um aspecto considerável quanto aos impactos na ordem social, na definição das classes e nas funções que essas classes desempenham na sociedade.

Logo, à medida que a economia evolui, a estrutura social se modifica. Isso pode envolver a produção de bens, serviços e recursos naturais. Diante disso,

podemos constatar que, conforme a sociedade se desenvolve e passa por mudanças (políticas, econômicas e sociais), novas vozes e modelos literários tendem a surgir, a fim de expressar as experiências, aspirações e preocupações desse período.

Levando em consideração as mudanças históricas que ocorriam no Brasil naquela época, que contribuíram para uma identidade cultural brasileira, podemos afirmar que as escritas românticas foram um marco na literatura nacional, dado que estas foram precursoras em se abastecer de características meramente nacionais. Diante desse cenário, Cândido (1999) atesta que

A literatura brasileira, como as de outros países do Novo Mundo, resulta desse processo de imposição, ao longo do qual a expressão literária foi se tornando cada vez mais ajustada a uma realidade social e cultural que aos poucos definia a sua particularidade (CÂNDIDO, 1999, p. 12).

Com base nessa observação, compreendemos que a influência cultural que mencionamos foi primordialmente resultado da colonização e da introdução das culturas europeias no Novo Mundo⁵ durante o período colonial. Inicialmente, a literatura nas regiões colonizadas era grandemente influenciada por tradições e estilos literários europeus.

Entretanto, à medida que o tempo passou, fica evidente que essas literaturas nas regiões do Novo Mundo, como a literatura brasileira, se tornaram únicas e distintas. Elas passaram a incorporar elementos locais e a refletir sobre as experiências, histórias e desafios específicos dessas áreas. Dessa forma, ao longo do tempo, as literaturas desses países gradualmente desenvolveram sua própria identidade, afastando-se das influências culturais iniciais e se tornando expressões autênticas e representativas de suas culturas e sociedades particulares.

Essa necessidade de definição justifica-se pelo objetivo emergente de dotar o Brasil de uma imagem que o representasse, de um lado, frente às solicitações advindas de sua nova inserção política, e que de outro, se fixasse, como ícone nacional, na consciência dos próprios brasileiros (MARQUES, 2010, p. 22).

Neste contexto, o professor Wilton José Marques enfatiza a importância da

⁵ O termo “Novo Mundo” refere-se às terras do Hemisfério Ocidental, especificamente as Américas, que foram desconhecidas para os europeus até a era das grandes navegações e descobertas geográficas iniciadas no final do século XV.

construção da identidade na literatura romântica, com foco em dois objetivos principais. O primeiro objetivo está relacionado à necessidade de definir uma identidade nacional que representasse o Brasil diante dos desafios que surgiram com sua inserção política e as novas relações internacionais. Isso implica que, à medida que o Brasil se tornou uma nação soberana e estabeleceu conexões com outros países, tornou-se fundamental criar uma imagem que refletisse claramente sua independência e seus interesses.

O segundo propósito, por outro lado, destaca a importância de que essa identidade se torne um símbolo que ressoe profundamente na mente dos próprios brasileiros. Isso significa que a construção da identidade nacional não é apenas uma questão de imagem externa, mas desempenha um papel essencial na formação da identidade individual e na coesão da nação, unindo os cidadãos do Brasil em torno dessa identidade compartilhada. E é, portanto, mediante a esses acontecimentos que constrói-se uma literatura nacional.

Quanto à essa fragmentação histórica, Candido (2002) destaca o desejo social de inserção na política e na construção de uma sociedade justa, que instaura-se no início do século XIX, ao compreender que

Outro traço importante desse período foi o novo sentimento de civismo, atualização do apreço ilustrado pelo bom governo. Os intelectuais brasileiros do fim do século XVIII pensavam sobretudo em louvar a ação dos governantes esclarecidos, vinda de cima e recebida como dádiva. No começo do século XIX, e sobretudo depois da Independência em 1822, esse ponto de vista foi substituído pelo de participação política do cidadão, que deveria tomar a iniciativa de estabelecer o bom governo, de baixo para cima, a fim de promover o império da razão. Essa transição ideológica corresponde ao desejo crescente de autonomia, que terminou pela separação de Portugal e se exprimiu na ação e nos escritos de intelectuais, que falavam em promover as reformas necessárias para civilizar e modernizar o país segundo as idéias do tempo: liberdade de comércio e de pensamento, representação nacional, instrução, fim do regime escravista etc. (CANDIDO, 2002, p. 13-14).

Diante disso, podemos destacar que houve uma mudança ideológica significativa no Brasil após a independência. Antes desse período, a visão predominante era a de que o Estado tinha autoridade e a população carregava um papel limitado nas questões políticas.

Essa transformação ideológica refletiu o crescente anseio por autonomia e autocontrole por parte dos brasileiros. A mudança de perspectiva foi claramente

manifestada nas ações e nos escritos de intelectuais daquela época, os quais advogavam por reformas destinadas a modernizar o Brasil de acordo com os princípios predominantes da época, como a liberdade de comércio e de pensamento, representação nacional, educação e a abolição da escravidão, entre outras mudanças.

Assim, a conquista da independência inaugurou um novo e promissor capítulo na trajetória do Brasil, no qual os princípios de liberdade, igualdade e a participação ativa dos cidadãos se tornaram pilares fundamentais no desenvolvimento da nação recém-independente.

Esses princípios não apenas tiveram um papel fundamental, mas também atuaram como fatores precisos na formação da identidade do Brasil como nação. Eles motivaram os brasileiros a lutar por um governo que fosse verdadeiramente representativo de seus anseios e a buscar a igualdade de direitos, promovendo, assim, a justiça social.

Diante das informações supracitadas, compreendemos melhor os mecanismos que moldaram a estrutura social brasileira e, assim, refletiu na criação de uma literatura nacional, bem como em seus aspectos plurais. Dito isso, na divisão seguinte deste trabalho, exporemos as fases românticas brasileiras e suas suas peculiaridades. Aqui, demos ênfase à fase em que se insere a obra *A Escrava Isaura*.

1.4 AS FASES DO ROMANTISMO BRASILEIRO E A ESCRAVA ISAURA

Como destacamos anteriormente (e mostraremos neste tópico, através das fases românticas), o Romantismo no Brasil foi construído a partir do seu contexto local, enaltecendo, nesse sentido, as peculiaridades históricas e culturais do país. Isso desempenhou um papel fundamental na conquista da independência literária, incentivando a livre expressão de ideias e acelerando o progresso da literatura. Dito isto, Coutinho (1980) sinaliza que

Foi graças ao próprio senso de relativismo do movimento que ele se adaptou à situação local, valorizando-a, de acordo com a regra romântica

de exaltação do passado e das peculiaridades nacionais. Assim, o Romantismo, no Brasil, assumiu um feitiço particular, com caracteres especiais e traços próprios, ao lado dos elementos gerais, que o filiam ao movimento europeu. De qualquer modo, tem uma importância extraordinária, porquanto foi a ele que deveu o país a sua independência literária, conquistando uma liberdade de pensamento e de expressão sem precedentes, além de acelerar, de modo imprevisível, a evolução do processo literário. O período de meio século, entre 1800 e 1850, mostra um grande salto na literatura brasileira, passando-se das penumbras de uma situação indefinida, misto de neoclassicismo decadente, iluminismo revolucionário e exaltação nativista, para uma manifestação artística, em que se reúne uma plêiade (grande quantidade) de altos espíritos de poetas e prosadores, consolidando em uma palavra, a literatura brasileira, na autonomia de sua tonalidade nacional e de suas formas e temas, e na autoconsciência técnica e crítica dessa autonomia (COUTINHO, 1980, p. 152-3).

Diante dessa contribuição, percebemos a riqueza e a diversidade do Romantismo brasileiro. As múltiplas particularidades desse movimento são exprimidas, em nosso país, a partir de três fases, que, devido ao contexto histórico de cada uma, possui características e abordagens que diferem-se.

1.4.1 PRIMEIRA FASE - NACIONALISTA / INDIANISTA

O primeiro momento romântico é o período que corresponde de 1836 a 1852 e é a geração conhecida como indianista⁶, marcada por sentimentos nacionalistas e por ser presente a exaltação de aspectos nacionais, tanto na poesia, como na prosa. Foi uma fase marcada por uma série de características distintas que representavam uma relação às tendências neoclássicas que dominaram a literatura no período anterior. Entretanto,

Apesar de “patriótica, ostensiva patriótica”, trata-se de uma geração ainda “européia” ou “europeizante”, pois continua a nortear-se pelos padrões culturais da Europa, notadamente França e Portugal. E ao contrário do que afirmava José Veríssimo, os seus integrantes ainda procuram a fim de realizar os estudos, regulares ou não (MOISÉS, 2001, p. 334).

Nesse sentido, Moisés (2001) exemplifica o caráter europeu da primeira fase romântica com o fato dela estabelecer-se atendo a publicação de uma revista

⁶ A primeira fase do Romantismo no Brasil é conhecida como Indianista devido à valorização e idealização do “índio” como símbolo da identidade nacional. Esse período procurou criar uma literatura genuinamente brasileira, destacando aspectos da cultura e história do país.

e obra (*Suspiros Poéticos e Saudades* - Gonçalves de Magalhães) dadas à estampa de Paris e a circunstância cujo Gonçalves Dias, uma das figuras mais relevantes da geração, ter cursado direito em Coimbra).

Outrossim, um aspecto recorrente dessa fase é marcado pelo desejo de fuga da realidade, caracterizado pela volta ao passado e marcada tanto na poesia, como na prosa e na atividade teatral da época. No romance da Europa, essa característica recai na volta a Idade Média, já no romantismo brasileiro, o caráter é dado pela tentativa de retratar um país antes da invasão européia, um Brasil habitado por povos indígenas.

Para mais, pontua-se, como características principais dessa geração: nacionalismo (como marca da independência), indianismo, sentimentalismo e o exotismo nacionalista (que manifestou-se na valorização da fauna, flora e aspectos folclóricos brasileiros).

Na poesia romântica da primeira geração, destacam-se os poetas Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Epígonos, Araújo Porto Alegre, Maciel Monteiro, José Maria do Amaral e Dutra e Melo. Na prosa pode-se mencionar Justiniano José da Rocha, Pereira da Silva, Varnhagen, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto, Teixeira e Sousa, Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar. E, no teatro, consagram-se Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Araújo Porto Alegre, Martins Pena, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e o dramaturgo Qorpo Santo.

Essa fase pioneira do Romantismo no Brasil estabeleceu fundamentos do movimento, introduzindo temas e estilos que seriam aprimorados e reimaginados nas próximas fases do Romantismo, consolidando-se como uma parte essencial da literatura brasileira.

1.4.2 SEGUNDA FASE - ULTRARROMÂNTICA

Por outro lado, a segunda fase do Romantismo brasileiro é o período que

corresponde de 1853 a 1869 e ficou conhecida como fase “Ultrarromântica” e geração “Mal do Século”. Foi um momento literário que recebeu fortes influências de autores europeus e teve como o seu marco inicial a poesia (Obras Poéticas - 1853) de Álvares de Azevedo. Ademais, nessa geração os poetas se concentraram no subjetivismo, egocentrismo e sentimentalismo. Essa fase recebeu uma notável influência da obra poética do britânico George Gordon Byron, conhecido como Lord Byron (1788 - 1824), o que levou a ser frequentemente referida como a geração “Byroniana”. Dessa forma

Byronismo e Ultra-Romantismo constituem rótulos quase permutáveis, mas não designam toda produção literária do segundo momento. Por conseguinte, é a atividade poética em S. Paulo, irradiada pelo resto do País, que se vincula à corrente byroniana ou ultra-romântica (MOISÉS, 2001, p. 430).

Ainda, infere-se que o ideal byroniano (Que segue a linha de pensamento do poeta inglês Lord Byron) é marcado pela temática transgressora, irreverente, que revela o tédio, a desesperação e o satanismo, características que sucedem a ingenuidade que teve destaque na fase anterior e fazem-se perceptíveis na escrita de muitos escritores ultra-românticos, a exemplo de Álvares de Azevedo, que foi um dos maiores representantes do byronismo. Nessa geração, a poesia e a prosa ganham espaço e adotam formas que divergem da fase anterior e aproximam-se do pessimismo. Quanto a isso, essa geração ficou marcada pela

Inquietude perpétua, interrogações que ficam sem resposta, melancolia que evolui as mais das vezes para o desespero, tédio de viver; é o ‘mal do século’, mas a que falta a vaga aspiração por um ideal desconhecido; (...) egocentrismo que leva ao narcisismo, o desprezo da sociedade e da Humanidade que faz os poetas buscar a solidão, onde se comprazem na meditação plangente de seus males e de sua superioridade. (TIEGHEM, 1988, p. 277).

Compreendemos, por meio dessa constatação, que o termo “mal do século”, atribuído à geração Byroniana, nasceu das expressões dos escritores românticos que transpareciam profundas insatisfações com a vida. Essa característica era refletida em sentimentos de inquietação, melancolia e tédio. Assim, com frequência os escritores românticos se imergiram em explorações profundas de questões relacionadas à existência humana, embora essas explicações raramente resultassem em respostas conclusivas.

O cultivo da auto reflexão, da tendência egocêntrica e da introspecção era uma prática recorrente da literatura romântica, à medida que os autores se dedicavam profundamente a explorar suas próprias experiências e emoções. No mais, a inclinação para o isolamento era proeminente, uma vez que os poetas, com frequência, optavam por se retirar da convivência social a fim de contemplar suas inquietações individuais e ambições.

Embora, em ocasiões, essas características possam parecer tristes, elas eram, de fato, uma forma de expressão artística e um esforço para sondar a complexidade da experiência humana. O romantismo, em sua essência, celebrava a individualidade, a singularidade e a busca por uma representação emocional sincera na literatura. Portanto, essa descrição reflete o âmago do romantismo, com todas as suas ambiguidades e paixões intensas.

Na prosa, é notória diversas temáticas nas produções literárias, que distanciam-se, à medida que suas formas podem situar-se em épocas diferentes. Quanto a isso, Moisés (2001) aponta que

A observação presta-se como luva para caracterizar a prosa do segundo momento romântico: os expoentes, Bernardo Guimarães e Manuel Antônio de Almeida, discrepam nas opções ficcionais (sem contar que o primeiro publicou a sua obra romanesca praticamente na década de 70), enquanto Alencar, Macedo e outros do período anterior ainda arquitetam novelas e romances, e Taunay e Franklin Távora, pertencentes ao derradeiro momento romântico, ensaiam os passos iniciais na criação literária (MOISÉS, 2001, p.480).

Neste estudo, dá-se ênfase a Bernardo Guimarães, romancista de segunda fase, nascido em Ouro Preto, Minas Gerais, no dia 15 de agosto de 1825 e, em 1875, lança a obra *A Escrava Isaura* (MOISÉS, 2001, p.481). O referido romance surge em um período pré-abolicionista e neste trabalho será analisado sob uma ótica da mistura racial e seus desdobramentos (e problemáticas que o envolvem) que afetam a população brasileira racializada, uma vez que a protagonista é uma escrava de pele branca, tida como uma consequência da miscigenação. Feito essa esquematização, buscaremos, por fim, apresentar o grau de conformidade das problemáticas que envolvem tons de pele, percebidas no enredo da obra, com o contexto do século XIX (o qual a narrativa se desenvolve).

Uma das características da geração romântica - a descrição da natureza -

faz-se perceptível logo no capítulo inicial da obra, em que Guimarães (1963) narra o espaço de uma fazenda, localizada em Campos de Goytacazes, município do estado do Rio de Janeiro, onde vivia Isaura, dando destaque à caracterização do ambiente, natureza, vegetação, tempo e clima.

No mais, o referido romance foi publicado em um período em que o Brasil experimentou o entusiasmo do movimento abolicionista. Mas, diante disso,

O pensamento abolicionista de Bernardo Guimarães sai chamuscado quando observamos que o interesse pela escrava Isaura resulta de sua beleza, não de sua condição. O ficcionista induz-nos a pensar que a solução do problema da escravatura residia na existência de moços endinheirados e dispostos a casar-se com escravas formosas; portanto, uma questão de ordem estética, sentimental (MOISÉS, 2001, p.486).

Perante a isto, diálogos presentes em *A Escrava Isaura* confirmam o pensamento do crítico literário Massaud Moisés. A exemplo do diálogo entre os personagens Leôncio e o seu cunhado Henrique, irmão de Malvina.

— É com efeito encantadora — replicou o moço, — se estivesse no serralho do sultão, seria sua odalisca favorita. Mas devo notar-te, Leôncio,
 — continuou, cravando no cunhado um olhar cheio de maliciosa penetração, — como teu amigo e como irmão de tua mulher, que o teres em tua sala e ao lado de minha irmã uma escrava tão linda e tão bem tratada não deixa de ser inconveniente e talvez perigoso para a tranquilidade doméstica...
 — Bravo! — atalhou Leôncio, galhofando, — para a idade que tens, já estás um moralista de polpa!... mas não te dê isso cuidado, meu menino; tua irmã não tem dessas veleidades, e é ela mesma quem mais gosta de que Isaura seja vista e admirada por todos. E tem razão; Isaura é como um traste de luxo, que deve estar sempre exposto no salão (*A Escrava Isaura*, 1963, p. 27-28).⁷

Percebe-se, diante desse fragmento, a maneira hostil que Isaura é tratada, apesar de prevalecer elogios estéticos por parte do seu senhor. Vê-se, também, a objetificação da personagem. De maneira semelhante, mais a frente, em um pensamento de Henrique, essa ideia é intensificada:

Henrique sentia-se acanhado diante daquela nobre figura radiante de beleza, e de angélica serenidade. Por seu lado Isaura também olhava para o moço, atônita e tolhida, esperando em vão que lhe dissesse o que queria. Por fim Henrique, afoito, e estouvado como era, lembrando-se que Isaura, a despeito de toda a sua formosura, não passava de uma escrava, entendeu que fazia um ridículo papel, deixando-se ali ficar diante dela em

⁷ Utilizaremos, nas citações seguintes, a abreviatura AEI para indicar o nome da obra *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, conforme referência completa na bibliografia apresentada.

muda e extática contemplação, e chegando-se a ela com todo o desembaraço e petulância travou-lhe da mão, e...
 — Mulatinha, disse, — tu não fazes ideia de quanto és feiticeira.
 Minha irmã tem razão; é pena que uma menina assim tão linda não seja mais que uma escrava. Se tivesses nascido livre, serias incontestavelmente a rainha dos salões (AEI, 1963, p. 15).

Aqui, observa-se que, apesar de ser tida como mulata e ter a pele clara, Isaura ainda é descrita como escrava, embora não seja tratada da mesma forma que os demais negros (de pele retinta) trazidos pela narrativa da obra e nem usufrui dos mesmos privilégios de uma pessoa branca. Conquanto, o seu tom de pele não a impede de, no romance, ser nomeada de escrava e, apesar da sua beleza ser evidente perante os seus senhores, o fato de correr sangue aficano em suas veias a impede de ser intitulada de “rainha dos salões”.

Diante da abordagem trazida, pôde-se visualizar impasses causados pelo processo de miscigenação que recai sobre a história protagonista Isaura e outras pessoas afrodescendentes presentes na narrativa de Guimarães. Perante o exposto, para o desenvolver da análise proposta por este estudo, faz-se necessário evidenciar esse processo, que inicia-se, no Brasil, com o desenvolvimento da colonização portuguesa, dada após a invasão.

1.4.3 TERCEIRA FASE - CONDOREIRA

A terceira fase deste movimento literário é identificada como “a geração condoreira”, nomeada em referência ao condor, uma ave simbólica que representa a liberdade e se tornou o emblema deste período. Além da liberdade, os poetas desta geração ansiavam por igualdade e justiça. Consequentemente, nessa etapa, o foco se concentra na poesia com uma temática libertária e na abordagem de questões políticas e sociais. Nessa perspectiva

o condor substituirá o sabiá (Casimiro de Abreu) e passa a representar os anseios de uma visão olímpica do mundo: a grande quimera, nem sempre consciente, fruto mais de impulsos generosos que de uma consciência alerta e motivada, é colocar a pulsão épica onde vicejava o lirismo sentimental e feminóide. (MOISÉS, 2001, p. 506).

Essa observação realça a mudança substancial que marcou a terceira fase

do romantismo no Brasil. Nesse período, o condor, uma ave impressionante e imponente, assume o lugar do sabiá, que representava a poesia lírica e a sensibilidade emocional do romantismo inicial. Essa mudança de direção trouxe destaque para a terceira fase do romantismo brasileiro, caracterizada por uma ênfase na grandiosidade, na epopeia e em uma visão idealizada do mundo, ainda que se reconheça que essa perspectiva frequentemente não contempla com totalidade as complexidades da realidade.

Desse modo, a última geração romântica busca enxergar os problemas sociais e políticos e, diante disso, tem entre as suas marcas, a crítica sobre tais fatores sociais. Logo, destacamos também o caráter abolicionista e republicano desse movimento. Assim, tem por destaque nomes como o de Castro Alves, Sousândrade e Pedro Luiz de Souza.

CAPÍTULO 2

A MISCIGENAÇÃO BRASILEIRA, SUAS COMPLEXIDADES E O SEU REFLEXO NO ROMANCE

A ideia de uma nova etnia nacional traduz a de uma unidade que restou de um processo continuado e violento de unificação política por meio de supressão das identidades étnicas discrepantes e de opressão e repressão das tendências virtualmente separatistas, inclusive dos movimentos sociais que lutavam para edificar uma sociedade mais aberta e solidária.

Kabengele Munanga

2.1 PRÓLOGO

Neste capítulo apresentaremos a trama da miscigenação brasileira, entrelaçada por diversos interesses europeus, que refletiram nas complexidades que forjaram a identidade racial brasileira. Direcionando olhares ao passado, exploraremos a profunda marca da colonização portuguesa, cujas raízes ressoam na formação da nação brasileira.

Ao investigar essa herança colonial, destacamos a miscigenação como elemento crucial, tecendo as narrativas sociais e delineando relações problemáticas. No cerne desse complexo panorama, emerge a figura emblemática da escrava Isaura, cuja trajetória é um testemunho das vicissitudes da história brasileira. Alguns de seus enfrentamentos não apenas refletem tensões do passado, mas também lança luz sobre desafios contemporâneos, evidenciando que as marcas da perversidade europeia - aqui, fala-se, também, de miscigenação - persistem, moldando nossa sociedade de maneira profundas e multifacetadas.

Dessa forma, buscamos, aqui, desvelar essas camadas, explorando como a colonização e a miscigenação se entrelaçam na construção da história de Isaura e, por extensão, na narrativa complexa que é a questão racial no Brasil.

2.2 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

A invasão portuguesa ao Brasil, em 1500, se deu quando Cabral, acompanhado de marinheiros, técnicos em navegação, escrivães, cozinheiros, padres e ajudantes saíram de Portugal, com uma frota de 13 navios, objetivando chegar à Índia, onde Cabral tinha ordens de realizar trocas comerciais com o mercado de especiarias locais. Chegando em solos brasileiros, no dia 22 de de Abril e desembarcado no dia seguinte, perceberam que o Brasil já era terra habitada por nativos que, até então, não conheciam a escravidão. Quanto a ocupação dos portugueses em solos brasileiros, Varnhagen (1965) destaca que este pertencimento de terra se deu

[...] não em virtude do chamado direito de conquista, ou do de descobrimento, equivalente ao de primeiro ocupante, mas sim em virtude de um trato solene, feito com a nação que descobrira as *Índias Ocidentais*, e sancionado pelo Sumo Pontífice, que então, perante as potências cristãs da Europa, ainda não dissidentes por cismas ou heresias, e formando todas como uma espécie de confederação, de que era chefe o mesmo Pontífice, tinha para as mesmas a força e prestígio de um direito, a que elas próprias se haviam sujeitado (VARNHAGEN, 1965, p. 67).

Sob essa perspectiva, compreendemos a complexa justificação legal e religiosa utilizada durante a colonização das Américas, no qual a autoridade papal desempenhou um papel fundamental na legitimação das reivindicações territoriais europeias nas terras recém-descobertas. Isso também destaca a influência da igreja católica na política e no direito internacional daquela época.

Em 1530, quando os portugueses iniciaram o processo colonizatório, suas ações eram voltadas à exploração do pau-brasil e, mais adiante, em 1534, os indígenas foram usados pelos colonizadores para trabalharem na produção de açúcar.

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço. (HOLANDA, 1995, p. 49).

Diante disso, podemos notar que a obtenção de riqueza almejada pelos

portugueses era por meio de empreendimentos “ousados”, como a exploração de recursos naturais, a exemplo da cana-de-açúcar, que foi tida como elemento lucrativo para alcançar essa riqueza. Essa visão reflete o contexto histórico da colonização do Brasil e a busca por lucros nas atividades econômicas da época.

Tendo em vista a sobrecarga do trabalho destinado aos indígenas, os portugueses observaram uma certa resistência por parte desse povo, vendo-os como incapazes de realizar toda a demanda de serviço na lavoura. Nesse sentido, é importante reconhecer que as comunidades indígenas possuíam métodos de trabalho e estruturas sociais adaptados às suas próprias condições de vida, os quais divergiam dos negros africanos, uma vez que estes já tinham histórico de trabalho em lavouras.

Assim sendo, essa prática foi intencionada por um maior número de mão de obra que, por volta da década de 1550, os portugueses, através do tráfico ultramarino, começaram a trazer os primeiros africanos ao Brasil, para serem escravizados. Assim, Varnhagen (1965) entende que os africanos subjugados foram trazidos para o Brasil desde o início da colonização do país. E, naturalmente, muitos deles chegaram acompanhando seus senhores a bordo das primeiras embarcações que desembarcaram aqui, incluindo as da expedição de Cabral. Quanto a isso, Holanda (1995) afirma que

Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado (HOLANDA, 1995, p. 48).

Neste sentido, Holanda destaca o papel central dos africanos negros na história das colônias, sustentando economicamente essas sociedades enquanto enfrentavam séculos de exploração e opressão. Assim, entendemos a presença da escravidão africana nas américas como um vívido lembrete das dificuldades e obstáculos que foram enfrentados durante o período de colonização e “progresso” dessas regiões colonizadas.

O tráfico de pessoas resultou na escravização de milhões de homens e mulheres de países africanos em solo brasileiro. Essa atividade comercial

transatlântica foi um grande investimento econômico e cultural do capitalismo europeu, marcando a formação do mundo moderno e o estabelecimento de um novo sistema econômico mundial.

2.3 O CRIME DA MISCIGENAÇÃO E OS SEUS IMPACTOS NA COMPLEXA PERCEPÇÃO RACIAL DO BRASIL E NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE ISAURA.

O processo de miscigenação da população brasileira, somente foi percebido como um fato social durante o século XIX. No entanto, foi visto por uma sociedade dominada pela supremacia branca como um fator negativo problemático ao povo brasileiro. Destarte, entendemos que a mestiçagem brasileira, inicialmente, foi fruto do estupro de mulheres pretas e indígenas, o que tornou-se uma herança da perversidade colonial. Determinado problema se estendeu por gerações, o que resultou numa sociedade diversa, quanto ao aspecto racial. No tocante a isto, Nascimento (1978) diz que

Para a solução deste grande problema - a ameaça da "mancha negra" - já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o parda-vasco, o homem-de-côr, o fusco, mencionados anteriormente. O crime de violação cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal através das gerações (NASCIMENTO, 1978, p.69).

Neste fragmento, o autor problematiza a origem da mistura de raças no Brasil, apontando sua origem dolorosa que marca a história da mulher negra no país. Assim, “[...] a mestiçagem deveria ser encarada, primeiramente, não como um sinal de integração e harmonia social, mas sim como um dupla opressão racial e sexual” (MUNANGA, 2020, p. 35).

Nesse sentido, de acordo com Munanga (2020, p.24), a mestiçagem não pode ser apenas entendida como um fenômeno biológico, pois traduz o cruzamento de genes de populações originárias diferentes, que carregam valores e símbolos socialmente difundidos e hierarquizados. No início da miscigenação

que se dá no Brasil colonial, há o cruzamento de brancos e índios, bem como brancos e negros e negros e índios.

Assim, ambientado no século XIX, durante os primeiros anos do reinado de D. Pedro II⁸, Bernardo Guimarães traz em sua obra literária *A Escrava Isaura* um exemplo dessa prática, tendo em vista que a protagonista, Isaura, era filha de Juliana, uma escrava que acabou adoecendo e, mais a frente, faleceu, devido ao tratamento hostil que recebia na fazenda em que fora escravizada até a morte. E o seu pai, o feitor Miguel, foi um humilde português branco que almejava resgatá-la.

Quanto a isso, convém destacar que a mestiçagem, fora da obra de Guimarães, procedeu uma realidade complexa quanto aos entendimentos voltados à questão racial no Brasil e gerou uma população extremamente diversa em termos de cor e traços físicos. A exemplo disso, o pesquisador americano Henry Louis Gates Jr. (2014) considera que

Nos Estados Unidos, todos os afrodescendentes são classificados como negros; no Brasil, as categorias raciais passaram por um processo anabolizante e existem pelo menos 134 categorias de afro-brasileiros. Os brasileiros, ou pelo menos assim me disseram, creem que a cor está nos olhos de quem a vê (GATES, 2014, p. 17).

E questiona “quem são os afro-brasileiros? E o que eles pensam de sua história - de sua própria relação com a África e com a negritude? Eu queria ouvi-los” (GATES, 2014, p 17).

Por meio destes fragmentos, Gates destaca a diferença na categorização racial entre os Estados Unidos e o Brasil e considera, assim, que nos EUA há uma abordagem mais simplificada em que os afrodescendentes são comumente classificados como negros. Porém, no Brasil, essa mesma questão é vista de maneira mais emblemática, dado que as categorias raciais são notavelmente mais numerosas, o que reflete na dificuldade do entendimento racial no país.

[...] para os países da América Latina, as diversas situações da mestiçagem são detalhadas, enquanto que, para os Estados Unidos, o grupo mestiço euro-africano não é considerado. A classificação racial naquele país contempla somente os grupos ameríndio, asiático branco e negro. Nos Estados Unidos, o grupo mestiço não é individualizado como

⁸ D. Pedro II foi o segundo e último imperador do Brasil. Ele reinou como imperador do país de 1840 até a Proclamação da República, em 1889.

tal, nem na mentalidade coletiva, nem na prática social, nem nos textos legais (MUNANGA, 2020, p. 25).

Portanto, ao questionar essa diferença, é crucial reconhecemos que as definições raciais são elaboradas socialmente de maneira intrincada e mutável. O fato de não haver uma categoria clara para mestiços nos Estados Unidos pode indicar uma simplificação excessiva da variedade racial, podendo obscurecer detalhes e vivências singulares. Essa situação também suscita indagações sobre como as formas de categorização racial podem moldar a visão social e as decisões políticas, afetando diretamente questões de igualdade e inclusão.

Com a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, a elite intelectual brasileira mostrava-se preocupada com a construção da identidade nacional. Porém, depararam com a miscigenação crescente no país, resultado do cruzamento entre raças, o que foi considerado pelos teóricos racistas como o resultado da interseção de raças superiores e inferiores. Sob essa ótica, urge o ressalvo de que o uso do conceito miscigenação - ou mestiçagem - teve uma objetivação maior de garantia de um caráter moral acerca de uma invasão europeia, do que uma preocupação social com os arcabouços nativos.

Assim, consideramos que as categorias raciais brasileiras se expandiram ao longo do tempo, incorporando uma ampla gama de nuances e identidades, embora não fosse esse o objetivo de alguns pensadores e cientistas europeus do final do século XIX e início do século XX, quando surgiu o movimento eugenista no Brasil que, apesar do falso discurso científico, procurou livrar a sociedade dos "maus elementos" para melhorar a população por cruzamento apenas com aqueles com características genéticas favoráveis (pessoas brancas).

“Essa ideologia, caracterizada entre outros pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos” (MUNANGA, 2020, p. 12). E o autor ainda adverte:

O racismo universalista, teoricamente, não se opôs à mestiçagem como também não desenvolveu uma mixofobia. A mestiçagem lhe oferecia o caminho para afastar a diferença ameaçadora representada pela presença da ‘raça’ e da cultura negra na sociedade (MUNANGA, 2020, p.12).

Neste sentido, destacamos que a ideologia do branqueamento almejava promover uma sociedade mais clara, por meio da miscigenação populacional e, dessa forma, acreditavam que a mistura racial reduziria a população negra, o que tornaria, na visão dos eugenistas, o Brasil um país mais “avançado”.

Para que esse cenário se concretizasse, seria necessário um aumento substancial na população branca, impulsionado pela contínua chegada de imigrantes aos portos brasileiros, enquanto as populações negra, indígena e mestiça tenderiam a diminuir consideravelmente.

No entanto, Munanga (2020) afirma que

No lugar de uma sociedade totalmente branca, ideologicamente projetada, nasceu uma nova sociedade plural constituída por mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos, cujas combinações em proporções desiguais dão ao Brasil seu colorido atual (MUNANGA, 2020, p 21).

Tal contexto permitiu certa visão subjetiva da população quanto à cor no cenário nacional, o que indica que a identificação racial pode ser influenciada pela perspectiva individual.

Sobre isso, Gates (2014, p.33) questiona a complexidade das identidades raciais no Brasil em comparação com os Estados Unidos. Em sua investigação, ele se pergunta se os negros no Brasil têm a capacidade de escolher uma identidade racial mais nuançada do que os afro-americanos. O autor expressa curiosidade sobre se as diversas categorias raciais utilizadas pelos mestiços brasileiros são simplesmente descritores neutros ou se funcionam como uma maneira de se distanciar de características consideradas mais “negróides” e, conseqüentemente, associadas a conotações negativas de inferioridade e degeneração. Além disso, O autor questiona se a longa história de miscigenação no Brasil resultou em uma estrutura social complexa, na qual nuances sutis, indo de branco a negro, conseguiram escapar da intensa aversão ao negro presente na sociedade americana.

Dessa forma, esses questionamentos sugerem uma tentativa do autor de compreender a intrincada dinâmica racial brasileira, além disso, ele também questiona se suas próprias referências culturais podem influenciar a interpretação dessa complexidade. Porém, para Gates (2014, p. 33) “Perguntas como essas

podem rapidamente tornar-se abstratas, acadêmicas e impossíveis de responder”.

Retornando à problemática da eugenia⁹, que embora tenha sido idealizada por Francis Galton (1822-1911) e ganhado destaque no final do século XIX e início do século XX, após a abolição da escravatura, em 1888 - a qual teve uma vasta preocupação com a evolução da raça humana quanto às características físicas e intelectuais (pois Galton defendia a superioridade intelectual da raça branca) - em *A Escrava Isaura* já trazia a mestiçagem como um fator de apagamento da raça negra, proposta, anos depois, pelos eugenistas¹⁰ (ainda que não tenha funcionado em larga escala, como objetivavam).

Tal situação é explícita quando o romance aponta Juliana, escrava negra do comendador, como mãe de Isaura, escrava nascida com a pele branca, por prevalecer as características físicas de seu pai, seu Miguel, feitor da fazenda em que Juliana trabalhava. Assim, podemos observar que essa circunstância se configura como uma supressão das características físicas da mãe de Isaura.

Porém, desde a época que antecede o período abolicionista e, conseqüentemente a ascensão da ideologia eugenista, percebemos um “defeito”¹¹ posto à condição do miscigenado, uma vez que este, em séculos passados, mesmo não herdando características negróides, não usufruía dos mesmos privilégios da branquitude, como nos mostra o canto da escrava branca, Isaura:

Desde o berço respirando
Os ares da escravidão,
Como semente lançada
Em terra de maldição,
A vida passo chorando
Minha triste condição.
Os meus braços estão presos,
A ninguém posso abraçar,
Nem meus lábios, nem meus olhos
Não podem de amor falar;
Deu-me Deus um coração
Somente para penar.
Ao ar livre das campinas
O seu perfume exala a flor;
Canta a aura em liberdade
Do bosque o alado cantor;

⁹ Ideologia racista que visa “elevar” a formação genética da população selecionando traços favoráveis.

¹⁰ Pessoas que apoiavam teorias e práticas eugenistas, que historicamente foram associadas a políticas discriminatórias.

¹¹ Termo usado sob um olhar social racista, dado os desafios sociais enfrentados por pessoas miscigenadas.

Só para a pobre cativa
 Não há canções, nem
 amor. Cala-te, pobre
 cativa;
 Teus queixumes crimes são;
 E uma afronta esse canto,
 Que exprime tua aflição.
 A vida não te pertence,
 Não é teu, teu coração (AEI, 1963, p. 6-7-8).

A partir desses versos, podemos perceber que Isaura vivenciava uma sensação angustiante de maldição, dado que a personagem era altamente objetificada, desprovida de humanidade e tinha os seus desejos impedidos. No entanto, apesar de não ter herdado as características da sua mãe (enquanto uma mulher negra) e de ter todas as suas qualidades destacadas, sua liberdade encontrava-se limitada pela condição de ter uma mãe racializada. No que tange a este problema, Munanga (2020, p. 25) dirá que “Basta ser um pouco negro para sê-lo totalmente, mas para ser branco, é necessário sê-lo totalmente”.

Sob essa constatação, compreendemos, portanto, que a inferiorização de Isaura é dada justamente pelo fato de ela ser miscigenada, em outras palavras, por ser filha de uma negra. Assim, apesar de branca, para os seus senhores, Isaura não poderia ser considerada totalmente branca, ao ponto de ser tão privilegiada quanto eles.

Mediante às observações feitas, reconhecemos a história populacional brasileira como complexa e multifacetada, a qual envolveu várias etnias, culturas e classes sociais ao longo do tempo e foi comandada pela elite branca no que diz respeito à construção e manutenção das estruturas sociais, econômicas e políticas no Brasil. Sob esse prisma, o pensador Abdias do Nascimento (1980) pontua que

A história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos, exatamente como sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite branca/brancóide, supostamente de origem ário-europeia (NASCIMENTO, 1980, p.15).

Perante o exposto, consideramos que, enquanto de um lado a mistura entre raças é tido como algo suavizador de uma perversidade, aspirando o complexo de inferioridade das elites que vivem em um país não branco, de outro, ela foi usada como uma categoria para afirmar a singularidade nacional e legitimar projetos nacionais voltados para a oposição à dominação imperialista.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE: SÉCULO XIX E O IMPACTO DA MISTURA DE RAÇAS NA CONSTRUÇÃO DO ROMANCE *A ESCRAVA ISAURA*

Fugir das realidades étnicas é recurso totalmente inútil. Pois enquanto os brasileiros tentam enganar-se a si mesmos com a invenção da “democracia racial”, os povos de outros países manifestam um conhecimento perfeito de fatos e ocorrências supostamente não-existentes na sociedade brasileira...

Abdias do Nascimento

3.1 PRÓLOGO

No terceiro capítulo desta pesquisa, aprofundaremos nossa investigação nas complexas camadas históricas e sociais que compuseram o Brasil do século XIX, proporcionando um entendimento mais aprofundado para a envolvente narrativa de *A Escrava Isaura*. Este capítulo visa realizar uma análise minuciosa, abordando três elementos essenciais: o contexto racial histórico do Brasil durante o período que abrange a história de Isaura, a revelação da possível influência das leis abolicionistas do século XIX na tessitura da obra de Bernardo Guimarães, e a complexidade inerente à construção da imagem da protagonista.

Essa seção apresentará não apenas as nuances analíticas da representação de Isaura, mas também suscitará uma reflexão mais profunda sobre os estereótipos e as complexidades raciais presentes na trama. Ao explorar essas questões, nosso objetivo é lançar luz sobre as inter-relações entre história, legislação e produção literária, proporcionando uma análise abrangente e contextualizada do romance *A Escrava Isaura* no cenário do Brasil do século XIX.

Além disso, por meio dessa investigação, o presente capítulo destaca como as representações literárias refletem e são moldadas pelo contexto social e histórico em que estão inseridas. Assim, observamos como as percepções e

desafios da sociedade da época se refletem na trama, contribuindo para uma compreensão mais completa da influência recíproca entre literatura e realidade social. Essa abordagem multifacetada enriquecerá o nosso estudo, fornecendo uma visão mais abrangente do impacto do contexto histórico e social na obra.

3.2 O CONTEXTO HISTÓRICO RACIAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX - PERÍODO EM QUE SE INSERE A HISTÓRIA DE ISAURA

Durante o século XIX, a sociedade brasileira vivenciou um contexto histórico racial conturbado, fortemente marcado pela escravidão, pela mistura de raças e, conseqüentemente, pela construção de uma identidade nacional.

No período em que se passa a história narrada em *A Escrava Isaura*, que foi durante o início do reinado do imperador Dom Pedro II, o Brasil ainda era uma monarquia e a situação racial era duramente caracterizada por opressões. O país contava com uma população diversa, em que se dividia entre brancos, negros e indígenas, sendo que a maioria dos negros era submetido à condição de escravizados, uma vez que a escravidão ainda era legalmente aceita nessa época e a discriminação racial permeava profundamente a sociedade.

Neste sentido, sabemos que a escravização da população negra se deu devido às atividades capitalistas dos europeus que encontraram na mão de obra escrava uma estratégia para impulsionar o seu sistema econômico. Dessa forma, essas atividades econômicas se voltavam, principalmente, aos trabalhos nas plantações e cultivos de produtos como açúcar, café e algodão, devido às condições meteorológicas propícias e da crescente busca nos mercados globais ao longo do século XIX, além de serem produtos que desempenhavam um papel crucial na economia brasileira da época. Sobre essa relação, o sociólogo Octavio Ianni (1978) destaca que

[...] as formações sociais baseadas no trabalho compulsório, criadas no Novo Mundo, nascem e desenvolvem-se no interior do mercantilismo, ou seja, na época e sob a influência do capital mercantil, então predominante e crescente na Europa. Ao mesmo tempo em que se organizam e expandem as formações sociais baseadas na *plantation*, engenho, fazenda, *encomienda*, *hacienda*, etc. (IANNI, 1978, p.16).

Sob essa ótica, entendemos que o trabalho escravo no Novo Mundo e os interesses econômicos europeu revelam uma interdependência marcante. No mais, essas estruturas sociais marcadas pelo trabalho compulsório não apenas surgiram, mas também evoluíram durante a era do mercantilismo, um período caracterizado pela busca de riqueza e pelo controle estatal do comércio.

Assim, o mercantilismo desempenhou um papel fundamental na origem e ampliação dessas estruturas sociais, dado que a escravidão estava estreitamente ligada aos propósitos econômicos de aumentar a produção para satisfazer a crescente necessidade europeia por produtos coloniais. Portanto, essa relação ressalta não apenas a relação problemática entre a economia e a sociedade daquele período, mas também destaca de que forma as dinâmicas europeias exerceram uma influência expressiva na configuração das estruturas sociais que surgiram no Novo Mundo. No entanto

Contemporaneamente, em especial desde o começo do século XIX, as relações escravistas de produção e as próprias formações sociais escravocratas (coloniais) entram em crise e declínio. Tanto assim que a independência política das colônias do Novo Mundo e a emancipação dos escravos são processos mais ou menos contemporâneos e conjugados. De qualquer maneira, desde o princípio as sociedades do Novo Mundo estão atadas à economia mundial: primeiro à mercantilista e depois à capitalista (IANNI, 1978, p.16-17).

Diante desse fragmento, podemos perceber um cenário de mudanças formado desde o início do século XIX, tendo em vista certo declínio das relações escravistas de produção e as estruturas sociais escravocratas enfrentando crises e declínio. Este momento decisivo não apenas se alinha com os esforços pela autonomia política das colônias, mas também com o movimento de libertação dos escravizados, destacando uma conexão notável entre eventos que à primeira vista parecem separados. O enfraquecimento dessas relações se deu devido à proibição do tráfico negreiro no Brasil, pressionado e ordenado pelo governo britânico, com o intuito de proteger seus interesses no mercado internacional de açúcar, dado que no Brasil o trabalho com este produto era por intermédio da mão de obra escrava. A Inglaterra mantinha laços comerciais significativos com o Brasil, sendo este país o principal parceiro comercial da nação inglesa.

Observamos como essas movimentações internas estão estreitamente

vinculadas às mudanças globais. O enfraquecimento das instituições escravistas não se apresenta apenas como um evento isolado, mas como uma peça integrante de um cenário mais abrangente de transformações nas dinâmicas econômicas em nível global. Assim,

Ao longo dos anos 1772, quando foi proibido o trabalho escravo na Inglaterra, a 1888, quando foi decretada a abolição da escravatura no Brasil, modificam-se substancialmente as condições político-econômicas no Novo Mundo. Em pouco mais de um século rompem-se externa e internamente as estruturas político-econômicas herdadas do mercantilismo (IANNI, 1978, p.22).

Diante deste excerto e das constatações anteriores, destacamos a pressão internacional e o contexto histórico do século XIX como fatores que movimentaram a estrutura escravista e comercial da época. A proibição do comércio transatlântico, em 1850, impactou a oferta de novos escravizados. Esse acontecimento acabou intensificando a exploração de cativos existentes em solos brasileiros e contribuiu para a resistência escrava.

Dito isto, frisamos que tal acontecimento se deu após os dez primeiros anos do reinado de Dom Pedro II, que teve início em julho de 1840 e término em novembro de 1889. Portanto, entendemos que tal movimentação poderia ter ocorrida durante o período em que se insere a história da escrava Isaura, pois Guimarães (1963) traz, logo no início do primeiro capítulo, o período e a ambientação do enredo do seu romance:

Era nos primeiros anos do reinado do Sr. D. Pedro II.

No fértil e opulento município de Campos de Goitacases, à margem do Paraíba, a pouca distância da vila de Campos, havia uma linda e magnífica fazenda (AEI, 1963, p. 4).

Assim, entendemos que a segunda metade do século XIX foi marcada por um período em que diversas circunstâncias impulsionaram o movimento abolicionista, o qual teve um impacto crucial da intensificação do capitalismo, especialmente na Inglaterra. Dessa forma, o entendimento dos valores abolicionistas, impulsionado pelas revoltas da resistência negra, resultou na promulgação de leis que visavam à abolição. Essas medidas constituíram uma reação às mudanças em andamento, sinalizando uma alteração importante no percurso do Brasil em direção à liberdade e igualdade.

A primeira lei promulgada neste período, foi a lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850, denominada Lei Eusébio de Queirós, que estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Brasil Império. E, mais de duas décadas depois, entrou em vigor a Lei do Ventre Livre, Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Esta legislação estabelece a liberdade automática para os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir desta data, emancipa os escravizados da Nação e de outros lugares, e aborda questões relacionadas à criação e tratamento dos filhos menores, além de estipular a libertação anual de escravizados. Anos depois, foi aprovada a Lei dos Sexagenários, Nº 3.270, de 28 de setembro de 1885 que, ao determinar a libertação dos escravizados com mais de 60 anos, também tratou questões diversas ligadas à alforria, incluindo a exigência de um novo registro e a implementação de regulamentações adicionais para o fundo de emancipação.

Para mais, destacamos que os “avanços” tidos pela população negra ao longo do século XIX no Brasil não passaram de promulgações legislativas. Isso não teve impacto tão positivo ao grande número de negros que no país já eram escravizados, antes da abolição de 1888. Entendemos também que esse período teve impactos prejudiciais na vida dos descendentes africanos, não apenas nos territórios brasileiros, mas em toda a região de influência africana. Isso ocorreu à medida que essa comunidade passou a ser vista como um desafio, uma ameaça para a sociedade considerada "respeitável". Durante os primeiros séculos da colonização, houve uma exploração intensiva da mão de obra dos africanos escravizados, tornando essa prática uma das principais fontes de lucro para as metrópoles europeias.

3.3 A (NÃO) INFLUÊNCIA DOS EVENTOS HISTÓRICOS ESCRAVISTAS (LEIS ABOLICIONISTAS) DO SÉCULO XIX NA OBRA DE BERNARDO GUIMARÃES

Tendo em vista o contexto histórico escravista no século XIX, tratado no tópico anterior, entendemos, aqui, a partir da leitura da obra *A Escrava Isaura*,

que não há influências diretas dos avanços legislativos na história narrada por Bernardo Guimarães. Identificamos, ainda, que as leis que mais se aproximam do período do segundo reinado de Dom Pedro II (quando se insere a narrativa) são: Lei Eusébio de Queirós, de 1850 e Lei do Ventre Livre, de 1871.

Quanto à primeira lei destacada, a que impede o tráfico negreiro no Brasil, sabemos que esta acarretou numa intensificação do trabalho que os escravizados já realizavam no Brasil, uma vez que a demanda capitalista crescia e que não era mais permitido mais exportação de escravos, assim, os que já habitavam em solo brasileiro, tinham que realizar um serviço mais sobrecarregado. Este trabalho, que majoritariamente, no século XIX, era realizado em fazendas, é retratado na ambientalização da obra de Guimarães (1963, p.5), que se passa em uma fazenda localizada em Campos dos Goytacazes, à margem do Rio Paraíba, no estado do Rio de Janeiro.

Diante disso, enquanto Isaura trabalha em tarefas menos árduas, em comparação aos demais escravizados, eles, enquanto escravos negros, são obrigados a exercer atividades mais pesadas. A eles, geralmente são destinados os trabalhos braçais, como agricultura, construção e outras atividades exaustivas. Portanto, na narrativa, a imagem de Isaura é construída a partir de isenções, em relação aos outros que na fazenda trabalham. Essa apreensão é intensificada pelos seus senhores. Isso torna-se perceptível quando Malvina, esposa de Leôncio (“dono” de Isaura), diz à Isaura: “[...] passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço” (AEI, 1963, p. 11).

Por outro lado, a Lei do Ventre Livre concebeu a libertação para filhos de mulheres escravizadas, porém essa libertação funcionava apenas para aqueles que nasciam a partir da promulgação da lei, em 1871. Ao comparar este fato histórico com a obra de Guimarães (1963), percebemos que o “privilégio” de Isaura não se justifica perante essa lei, tendo em vista que sua história se passa durante os primeiros anos do governo de Dom Pedro II. Assim, vale ressaltar que o imperador governou o Brasil por 49 anos: de 23 de julho de 1840 a 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a Independência da República.

Levando em consideração o ano de promulgação da Lei do Ventre Livre e o tempo do segundo reinado de Dom Pedro II, depreendemos que este regimento se inseriu, historicamente, em um período que podemos classificar como mais da metade da segunda temporada do comando de Dom Pedro (em 1871. Mais da metade do tempo do segundo reinado (1840 - 1889)) e não no início. Para mais, destacamos, ainda, que na época em que se narra a história de Isaura, ela já é tida como uma jovem mulher. Logo, entendemos que a lei em questão não a beneficia, uma vez que sua promulgação se deu anos após o seu nascimento.

Dito isso, ao que se deve, então, as regalias de uma escrava na casa dos seus senhores?

Desvendemos as nuances deste dilema.

3.4 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE ISAURA: DO “PRIVILÉGIO” A DESUMANIZAÇÃO

Diante das observações supracitadas, concebemos a necessidade de investigarmos a maneira em que a protagonista, Isaura, é construída no romance, a fim de analisarmos o fator determinante que a insere a um tratamento diferenciado, embora carregue consigo o título de escrava.

A princípio, salientamos que Isaura é uma escrava miscigenada, a qual, na obra, deteve o “privilégio” de herdar a cor do seu pai, um português branco. “A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuança delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada” (AEI, 1963, p.9). Sob esse fragmento, a personagem é descrita como uma pessoa de pele clara, associando-a à cor do marfim.

Diante dessa descrição, identificamos a inserção de muitas outras na obra que venham a enaltecer a beleza de Isaura, a qual é tida pelos seus senhores como um troféu, o que, conseqüentemente, implica na sua objetificação. Assim, logo no início da obra, após descrever um canto melancólico interpretado por Isaura, o narrador a descreve:

[...]O colo donoso e do mais puro lavor sustenta com graça inefável o busto maravilhoso. Os cabelos soltos e fortemente ondulados se despenham caracolando pelos ombros em espessos e luzidios rolos, e como franjas negras escondiam quase completamente o dorso da cadeira, a que se achava recostada. Na frente calma e lisa como mármore polido, a luz do ocaso esbatia um róseo e suave reflexo; di-la-íeis misteriosa lâmpada de alabastro guardando no seio diáfano o fogo celeste da inspiração. Tinha a face voltada para as janelas, e o olhar vago pairava-lhe pelo espaço. Os encantos da gentil cantora eram ainda realçados pela singeleza, e diremos quase pobreza do modesto trajar. Um vestido de chita ordinária azul-clara desenhava-lhe perfeitamente com encantadora simplicidade o porte esbelto e a cintura delicada, e desdobrando-se-lhe em roda amplas ondulações parecia uma nuvem, do seio da qual se erguia a cantora como Vênus nascendo da espuma do mar, ou como um anjo surgindo dentre brumas vaporosas. Uma pequena cruz de azeviche presa ao pescoço por uma fita preta constituía o seu único ornamento (AEI, 1963, p.8 - 9).

Perante ao excerto, a figura da personagem é enfatizada positivamente, e destacada, pelo narrador, o seu colo gracioso, busto maravilhoso, cabelos ondulados e uma aura de inspiração. A descrição de Isaura é rica em metáforas e referências poéticas, a exemplo da comparação com uma “lâmpada de alabastro” e a associação a Vênus. Neste ínterim, essa escolha de linguagem cria uma imagem idealizada que enfatiza não somente a beleza física da personagem, como também a aura de inspiração que se constrói em torno dela. Por isso, a maneira em que o narrador caracteriza a personagem contribui para uma percepção positiva e artística da protagonista.

Outra observação que pode ser feita quanto ao modo em que a figura de Isaura é construída na romance se dá pela forma em que ela é tratada pelos seus senhores. Ao cantar a canção citada anteriormente, de letra carregada por melancolias, Isaura é advertida por Malvina, que ordena que ela continue a cantar, porém que cante outra música. Além de questionar Isaura o motivo dela gostar da canção triste que ela tanto cantava. Isaura responde que a canção lembra sua mãe, que não ela não havia conhecido. Contrariada, Malvina então responde:

— Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. **És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano.** Bem sabes quanto minha boa sogra antes de expirar te recomendava a mim e a meu marido. Hei de respeitar sempre as recomendações daquela santa mulher, e tu bem vês, **sou mais tua amiga do que tua senhora.** Oh! não; não cabe em tua boca essa

cantiga lastimosa, que tanto gostas de cantar. — **Não quero, — continuou em tom de branda repreensão, — não quero que a cantes mais, ouviste, Isaura?... se não, fecho-te o meu piano.** (AEI, 1963, p.11, grifo nosso).

Diante disso, há uma série de fatores que podemos notar.

Primeiro: O “privilégio” de uma miscigenada, de cor predominante branca, em um contexto racista. Nesse sentido, destacamos a educação diferenciada que Isaura recebeu, o que era incomum para uma escrava naquela época, o que aponta um tratamento único pelos seus senhores.

Segundo: A condenação do sangue africano. A repulsa de Malvina ao sangue africano, como evidenciado no trecho, expõe os preconceitos e estereótipos raciais que permeiam a sociedade brasileira, principalmente a daquela época. Ao enaltecer a beleza de Isaura e declarar que “ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano”, Malvina está, de maneira implícita, ligando a herança africana a atributos considerados desfavoráveis.

Terceiro: A tentativa de naturalização de um tratamento ríspido. Ao chamar Isaura de “amiga”, após fazer comentários que demonstram certos privilégios da escrava, parece haver uma tentativa, por parte de Malvina, de suavizar e naturalizar a relação entre senhora e escrava, considerando que a verdadeira relação entre as duas era de comando e submissão, não sendo, assim, nada amigável. No entanto, essa expressão pode ser entendida como uma tentativa de suavizar as diferenças fundamentais presentes na dinâmica da escravidão, buscando estabelecer uma linguagem de amizade ou proximidade.

Em relação às problemáticas expostas acima, entendemos que estas advêm de um processo de miscigenação, o qual se insere a personagem Isaura. Nesse prisma, MUNANGA (2020, p.31), no extremo, escreve que “As raças humanas são resultado de uma mestiçagem primitiva que corrompeu o homem branco, misturando seu sangue com o sangue das bestas (animais). Se o homem de cor é um degenerado, a mestiçagem é o instrumento da contaminação”. A partir dessa exemplificação de pensamentos racistas, feita pelo autor, torna-se perceptível que, diante dos olhares cruéis da personagem Malvina, é como se houvesse uma hierarquia entre raças. Assim, tanto a personagem quanto a citação acima associam a miscigenação a uma suposta “contaminação” tida pela

presença do sangue negro.

Essa situação exemplifica o princípio conhecido como "regra de uma gota de sangue", uma noção de classificação racial historicamente predominante nos Estados Unidos. Segundo essa ideia, qualquer indivíduo com ao menos um antepassado de ascendência subsaariana africana seria identificado como pessoa de cor (negra). Esse conceito está ligado à ideia de hipodescendência¹², que é uma perspectiva racista baseada na crença de que pessoas de ascendência mista, incluindo a africana, são inferiores àquelas com ascendência europeia.

Evidenciando este pensar racista, Kant¹³ (1790) dirá que “Os produtos bastardos degradaram a boa raça sem melhorar proporcionalmente a raça ruim” (KANT 1790, apud MUNANGA, 2020, p. 33). Essa afirmação extremamente problemática expressa uma visão hierárquica que perpetua estereótipos e generalizações prejudiciais. Perante a isto, podemos compreender a configuração das falas de Malvina, a qual exala superioridade sobre a figura de Isaura, enquanto uma escrava mestiça que, embora tenha a pele branca, carrega, em suas veias, o sangue africano, herdado da sua mãe.

Ademais, visualizamos que, enquanto a cor branca herdada, por Isaura, do seu pai, é exaltada, como trouxemos anteriormente (o qual se tem, na obra, como um artifício que a impede de ter tratamentos tão severos quanto aos dos outros escravos que trabalhavam na fazenda), o sangue negro que corre em suas veias a faz ser diferente dos outros brancos contidos na obra, a exemplo dos seus senhores e de todos os outros, uma vez que estes usufruem de uma total liberdade, enquanto a narrativa de Isaura se constrói numa constante busca por ela.

Relativamente a este cenário, Isaura questiona:

— Mas, senhora, apesar de tudo isso, que sou eu mais do que uma simples escrava? Essa educação, que me deram, e essa beleza, que tanto me gabam, de que me servem?... são trastes de luxo colocados na senzala do africano. A senzala nem por isso deixa de ser o que é: uma senzala (AEI, 1963, p. 12).

¹² Ideia utilizada por Reginald Daniel (2001), em seu livro “More Than Black”. O termo significa a prática de categorizar indivíduos de ascendência mista com base na raça do grupo socialmente subordinado.

¹³ BONNIOL, Jean-Luc. **Op. Cit.**, p. 61.

Aqui, observamos a reflexão trazida por Isaura quanto a sua condição de escrava, apesar de algumas vantagens que recebeu, como a educação e a exaltação da sua beleza. A personagem questiona a funcionalidade desses atributos e, dessa forma, nos leva a observar que mesmo com os privilégios relativos, sua condição fundamental como escrava não é alterada. Essa passagem também nos instiga a pensar sobre a discrepância entre as aparências e a realidade rasa das justificativas sociais daquela época. Diante desses impasses,

A mestiçagem tende a apagar a marca indeletável da cor. Por esse motivo, as autoridades da colônia viam o casamento como uma conjunção criminal de homens e mulheres de espécies diferentes que geravam frutos considerados como desordem da natureza, para não dizer desordem social (MUNANGA, 2020, p.35-36).

Nessa lógica, a experiência de Isaura como escrava branca é marcada por desafios ligados às ideias sociais vigentes, pois sua mera existência desafia as convenções estabelecidas sobre raça e posição social. O fato de as autoridades coloniais rotularem casamentos interraciais como “conjunções criminais” destaca as barreiras sociais que Isaura enfrenta, apontando que, apesar de sua educação e beleza, ela é oprimida por preconceitos enraizados na sociedade da época. Tal cenário é reconhecido pela personagem que, ao questionar Malvina sua posição social, é interrompida pela sua senhora e, em seguida, reconhece suas vantagens, embora ainda em condição de subserviência:

“— Queixas-te da tua sorte, Isaura?... — Eu não, senhora; não tenho motivo... o que quero dizer com isto é que, apesar de todos esses dotes e vantagens, que me atribuem, sei conhecer o meu lugar” (AEI, 1963, p. 12).

À face do exposto, entendemos a consciência de Isaura que por mais que não seja tratado como os outros escravos, ela não goza dos privilégios da branquitude, isso devido a sua condição de miscigenada. À face disso, Nascimento (1978) dirá que

[...] a despeito de qualquer vantagem de status social como ponte étnica destinada à salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente se equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca (NASCIMENTO, 1978, p. 69).

Sob essa perspectiva, analisamos que, diante à condição de escrava tida por Isaura, destacada por vantagens sociais, a “mulata” não se isenta de certas limitações que a assemelha, em determinado grau, aos seus companheiros

negros subjulgados, devido à sua condição biológica que é vista com desdém pela branquitude.

Ganhando destaque, em grande parte do enredo, a beleza de Isaura é cobiçada pela maioria dos personagens masculinos da narrativa: Leôncio, Henrique (irmão de Malvina), Belchior (funcionário da fazenda), André (um escravo) e Álvaro (descrito como um homem nobre que se apaixona por Isaura em Recife). Quanto a isso, analisamos aqui a maneira que, a partir das complexidades vivenciadas pela protagonista, a torna uma figura desumanizada, tendo em vista a sua objetificação perceptível em grande parte do romance. Nesse sentido, destacamos, nesta análise, como esses obstáculos se constroem por meio das falas dos personagens Leôncio e Henrique, proferidas à Isaura, tendo em vista que esses eventos envolvendo esses personagens ganham mais notoriedade na narrativa.

Perante esta concepção, na obra que narra a história de Isaura, comentários a respeito da aparência dela persistem, o que nos faz perceber que a grande parte do romance é concentrada na construção dessa personagem e em suas vivências pessoais. Assim, em determinado contexto, durante uma conversa entre Leôncio (“dono” de Isaura e proprietário da fazenda em que se ambientaliza o enredo) e Henrique (cunhado de Leôncio, irmão de Malvina), Leôncio, sobre a sua escrava, diz:

para a idade que tens, já estás um moralista de polpa!... mas não te dê isso cuidado, meu menino; tua irmã não tem dessas veleidades, e é ela mesma quem mais gosta de que Isaura seja vista e admirada por todos. E tem razão; **Isaura é como um traste de luxo, que deve estar sempre exposto no salão** (AEI, 1963, p. 28, grifo nosso).

Percebemos, aqui, novamente, a maneira hostil que Isaura é tratada, apesar de prevalecer elogios estéticos a ela, por parte do seu senhor. Vemos, também, a objetificação da personagem, dado que ela é vista como um “traste de luxo que deve estar sempre exposto no salão”. Esta justaposição transforma Isaura num objeto decorativo, realçando a sua beleza como se fosse um ornamento a ser exposto e admirado. A linguagem utilizada reforça a ideia de que a importância de Isaura reside principalmente na sua aparência e ignora a sua humanidade e personalidade, promovendo a objetificação da personagem. De maneira semelhante, mais a frente, em um pensamento

de Henrique, o tratamento desprezível para com a personagem é intensificado:

Henrique sentia-se acanhado diante daquela nobre figura radiante de beleza, e de angélica serenidade. Por seu lado Isaura também olhava para o moço, atônita e tolhida, esperando em vão que lhe dissesse o que queria. Por fim Henrique, afoito, e estouvado como era, lembrando-se que Isaura, a despeito de toda a sua formosura, não passava de uma escrava, entendeu que fazia um ridículo papel, deixando-se ali ficar diante dela em muda e extática contemplação, e chegando-se a ela com todo o desembaraço e petulância travou-lhe da mão, e...

— Mulatinha, disse, — tu não fazes ideia de quanto és feiticeira. Minha irmã tem razão; é pena que uma menina assim tão linda não seja mais que uma escrava. Se tivesses nascido livre, serias incontestavelmente a rainha dos salões (AEI, 1963, p. 30).

Destarte, diante do fragmento acima, inferimos que, apesar de ser caracterizada como uma bela mulata, a condição de escrava tida por Isaura parece pesar mais do que os seus admiráveis traços, o que a faz ser hostilizada. Nesse sentido, por mais que ela usufrua de privilégios que demandam o seu tom de pele, isso não a torna como os da casa-grande¹⁴. E o fato de ser miscigenada a impede de ser “a rainha dos salões”.

Mas, apesar de escrava, os traços admiráveis de Isaura e o fato de ter a pele clara, encantou Henrique que, ao entender que o maior desejo da personagem é ser liberta, promete a ela liberdade e uma vida confortável e luxuosa:

Olha, Isaura; ninguém mais do que eu está nas circunstâncias de conseguir a tua liberdade; sou capaz de obrigar Leôncio a te libertar, porque, se me não engano, já lhe adivinhei os planos e as intenções, e protesto-te que hei de burlá-los todos; é uma infâmia em que não posso consentir. Além da liberdade terás tudo o que desejares, sedas, joias, carros, escravos para te servirem, e acharás em mim um amante extremoso, que sempre te há de querer, e nunca te trocará por quanta moça há por esse mundo, por bonita e rica que seja, porque tu só vales mais que todas elas juntas. (AEI, 1963, p. 31).

Aqui, há, ainda, o reforço da desumanização da figura de Isaura. Isso se pauta quando Henrique traz o foco no material para conquistá-la, o que sugere uma visão superficial e possessiva da personagem, desconsiderando a sua humanidade e individualidade. Além disso, ao destacar a importância da personagem, baseando-se em sua beleza, a expressão prolonga o processo de objetificação, transformando-a em um mero objeto de interesse.

¹⁴ Historicamente, o termo refere-se aos proprietários de grandes fazendas durante o período colonial no Brasil. No contexto utilizado, fizemos menção aos senhores de Isaura e aos demais personagens brancos, considerados de raça pura.

Para mais, há passagem no romance que tanto Leôncio quanto Henrique disputam Isaura, ignorando totalmente as vontades da escrava.

— Senhor Henrique! — gritou ela esquivando-se ao abraço, — por quem é, deixe-me em paz!
 — Por piedade, Isaura! — insistiu o rapaz continuando a querer abraçá-la;
 — oh!... não fales tão alto!... um beijo... um beijo só, e já te deixo...
 — Se o senhor continua, eu grito mais alto. Não posso aqui trabalhar um momento, que não me venham perturbar com declarações que não devo escutar...
 — Oh! como está altaneira! — exclamou Henrique, já um tanto agastado com tanta resistência. — Não lhe falta nada!... tem até os ares desdenhosos de uma grande senhora!... não te arrufes assim, minha princesa...
 — Arre lá, senhor! — bradou a escrava já no auge da impaciência.
 — Já não bastava o senhor Leôncio!... agora vem o senhor também...
 — Como?... que estás dizendo?... também Leôncio?... Oh!... Oh! bem o coração me estava adivinhando!... que infâmia!... mas decerto tu o escutas com menos impaciência, não é assim?
 — Tanto como escuto ao senhor (AEI, 1963, p.32).

Neste trecho, Henrique demonstra um desejo intenso por Isaura, ignorando seus apelos para que fosse deixada em paz. Apesar da explícita recusa da personagem, a persistência de Henrique aponta o seu desrespeito pelos sentimentos e desejos de Isaura, desumanizando-a ao reduzi-la a um instrumento de seu interesse. A objetificação ocorre quando Henrique a chama de “minha princesa”, desconsiderando seu status de escrava e atribuindo-lhe um status de submissa, além de reforçar o desejo de posse pela escrava. Além disso, a comparação com a atitude de Leôncio mostra que, embora Henrique seja retratado como mais benevolente, ele tem uma mentalidade objetivante e desrespeitosa para com Isaura, conduta que desconhece o seu também problemático comportamento.

Em meio a essa disputa por Isaura, entre Leôncio e Henrique, o narrador descreve essa situação como “[...] o choque de duas nuvens, que se encontram e continuam a pairar tranquilamente no céu; mas o raio desprendido do seu seio teria de vir certo sobre a cara da infeliz cativa” (AEI, 1963, p. 36).

A comparação simbólica indica uma iminente tensão, como uma tormenta prestes a ocorrer. O "raio despedido" faz referência à inevitável consequência ou ação decisiva que impactará a cativa infeliz, Isaura. Tal passagem revela um evento crucial com possíveis repercussões graves para a personagem principal.

À face do exposto, visualizamos o modo adverso em que a protagonista da obra é tratada, o que aponta uma severa subalternização dela, bem como também podemos notar a sua desumanização, perante a objetificação eminente da personagem. Além disso, a obra nos mostra certos privilégios obtidos por Isaura que se constroem diante da sua imagem, que é fortemente enaltecida na narrativa. Porém, destacamos que a noção de “privilégio” só se consolida ao traçarmos uma comparação com os escravos de cor que, na obra, exercem atividades pesadas que não se equiparam à vida levada por Isaura na casa-grande.

Por esse ângulo, apreendemos a cor de Isaura como um fator determinante no tratamento diferenciado dos outros escravos e a miscigenação como um elemento que não a iguala aos outros brancos (“puros” - não miscigenados) do enredo. Quanto a esse panorama atravessado pela mistura de raças, Munanga (2020) cita M. Labelle¹⁵ (1978), a qual dirá que:

Um sangue misturado, mesmo chegando à sétima ou oitava geração, mesmo chegando ao ponto em que a cor teria a aparência da cor de um europeu, seria sempre um sangue misturado e não poderia se dizer igual e caminhar de par com um branco europeu (LABELLE 1978, apud MUNANGA, 2020, p. 39).

Tal contribuição ressalta a persistência da discriminação racial devido à miscigenação, mesmo quando uma pessoa tem a aparência branca. Em consideração a isso, Isaura enfrenta hostilidade em razão da visão preconceituosa da sociedade em relação à mistura de raças, apesar da sua pele clara. Nesse sentido, inferimos que a obra retrata a injustiça e a busca por liberdade que ela enfrenta, refletindo a complexidade das relações raciais e a persistência do preconceito, mesmo quando as características físicas não correspondem à origem racial.

¹⁵ LABELLE, M. **Idéologie de couleur et casses sociales em Haiti**. Montréal: Presse de l'Université de Montréal, 1978.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a miscigenação contribuiu para que a personagem Isaura fosse poupada de tratamentos tão rigorosos em comparação aos negros escravizados? Seria este um problema do século em que se insere o romance? Isaura, na obra, é caracterizada como “pele alva”, para designar ao tom claro da sua pele, mas por que seus privilégios são desproporcionais aos dos outros personagens brancos? Como a imagem dela é construída? Isso impacta nas suas relações interpessoais?

As reflexões apresentadas ao longo deste estudo sobre as complexidades das relações experienciadas pela personagem principal do romance de Bernardo Guimarães, *A Escrava Isaura*, possibilitaram-nos identificar certos aspectos analíticos. Estudando as nuances das conexões delineadas na obra, percebemos sua eficácia na criação de efeitos através do uso da linguagem de forma dialógica. Isso se manifesta tanto nas interações entre os personagens e o ambiente, quanto nas tensões entre os indivíduos, que são elementos fundamentais da narrativa. Além disso, a trama exhibe uma habilidade singular em explorar essas dinâmicas, revelando a profundidade das interações humanas e o impacto do contexto social na vida dos personagens.

A personagem Isaura, de maneira peculiar, é construída de forma a evocar empatia e promover a reflexão sobre as injustiças da escravidão, destacando como a miscigenação influenciou seu tratamento em relação aos demais escravos negros. Esse tratamento diferenciado de Isaura serve como um ponto crucial de discussão sobre o racismo e a estratificação social no Brasil do século XIX. Sua aparência física, enquanto uma mulher de pele branca e tida como educada, é destacada ao longo da narrativa e influencia significativamente a forma como ela é tratada em relação aos escravos negros. Filha de um português branco com uma escrava negra, Isaura aprendeu a ler, a escrever, a tocar piano e a falar italiano e francês. Para os seus senhores, possuía um caráter nobre, embora ainda assim era lida como escrava e sabia reconhecer esse “seu lugar”.

Quanto a isso, como foi destacado nesta pesquisa, houve avanços

legislativos quanto às questões raciais durante o século XIX, período que o enredo da obra se desenvolve. Entretanto, tais eventos não passaram de promulgações legislativas que não sucederam uma relação direta que fosse perceptível entre tais “progressos” e a história de Isaura. No entanto, é incontestável que a trama se desenrola em um período em que a sociedade brasileira enfrentava um contexto histórico racial tumultuado, decorrente das restrições da escravidão e caracterizado pela intensa miscigenação. Assim, com o trabalho escravo institucionalizado e as relações raciais profundamente moldadas por opressões sistêmicas, a maioria dos afrodescendentes era submetida à condição de cativos, situação evidenciada no romance.

Outro plano analítico imprescindível para o nosso objeto de estudo desdobrou-se a partir da observação sobre o modo em que a protagonista é manejada. Percebemos que o tratamento privilegiado que Isaura tem, enquanto escrava, é influenciado pelo tom da sua pele, o que lhe assegura alguns benefícios tidos pela branquitude. Porém, o fato de correr sangue africano nas suas veias não é apagado, o que lhe concedeu o título de escrava. Diante disso, entendemos que é como se houvesse uma grande confusão quanto ao pertencimento étnico-racial da personagem, levando em questão as suas vivências no decorrer do romance. Assim, Isaura não é negra “pura”, o que a impacta positivamente, ao passo em que também não é uma branca de sangue “puro”, o que a traz consequências negativas.

Além disso, embora tenhamos destacado algumas regalias concedidas a Isaura, compreendemos que isso é insuficiente, considerando sua objetificação, privação de liberdade, submissão aos seus senhores, entre outros fatores que a desumanizam. Ademais, o modo favorável como ela é descrita, ressaltando sua proximidade aos padrões de beleza predominantes (brancos), é o mesmo fator que acarreta as desvantagens anteriormente mencionadas, especialmente quando combinado com sua ascendência mista.

Tal complexidade lança luz sobre a reflexão da hipodescendência, uma vez que Isaura, apesar da sua pele clara e traços associados à branquitude, é considerada uma escrava devido à condição da sua mãe, que era negra e escravizada. A condenação do sangue africano se manifesta ao passo que Isaura

não pode escapar do status aplicado a ela, mesmo que as suas características físicas sejam mais próximas dos brancos.

Essa situação evidencia as injustiças e a inflexibilidade do sistema escravocrata, sublinhando o preconceito e a discriminação profundamente enraizados na sociedade daquele período e que perdura no contexto social hodierno.

Por isso, reforçamos o nosso entendimento, através desta pesquisa, de que a aversão ao negro existente hoje, ganhou força em outrora. E que historicamente, o preconceito contra essa população foi intensificado após a abolição da escravidão, influenciada pelo capitalismo, pressões internacionais e revoltas sociais. Com a abolição, os negros deixaram de ser vistos como “propriedade” e passaram a ser considerados concorrentes no mercado de trabalho, exacerbando o racismo. Esse novo contexto levou à marginalização dos negros, que foram sistematicamente excluídos de oportunidades econômicas e sociais. Ademais, estereótipos raciais foram reforçados pela mídia e pela cultura popular, perpetuando uma imagem negativa dos negros e limitando seu acesso a recursos e direitos fundamentais.

Portanto, a análise efetuada neste estudo nos levou a contemplar, ao longo da trajetória histórica, como a condenação dos negros foi perpetuada e como a associação negativa a tudo que deles provém continua enraizada, ainda que isso se dê por uma mera “gota sangue¹⁶”. Isso é o suficiente para que nós, como pessoas negras, abandonemos a esperança de alcançar certos privilégios sociais, pois estes sempre estiveram inextricavelmente vinculados à pessoas de "pele alva". Permaneceremos sujeitos a injustiças sociais, a menos que a importância da nossa causa seja reconhecida de forma integral.

Além disso, ao considerarmos as diversas interpretações que podem e devem surgir em relação às ideias apresentadas nesta análise, reconhecemos a limitação inerente ao texto, que jamais será “completo”. Nosso propósito é estimular discussões sobre as questões que afetam o povo negro, e acreditamos que a educação é fundamental nesse processo, pois abre espaço para a

¹⁶ Referência a uma passagem do livro – já citada neste trabalho - em que há uma explícita repulsa ao sangue africano. (AEI, 1963, p.8 - 9)

construção de novos entendimentos e perspectivas.

Acreditamos, também, que a síntese de conceitos aqui apresentada seja de extrema relevância para a compreensão tanto dos educadores quanto da comunidade escolar e dos apreciadores da literatura brasileira. O preconceito racial tem sido profundamente prejudicial ao Brasil, uma nação marcada por sua miscigenação e por uma história manchada pela violência perpetrada pelos colonizadores portugueses contra os povos indígenas nativos e os africanos trazidos como escravos.

Portanto, apesar das tentativas de obscurecer o reflexo histórico presente na atual realidade brasileira, sob o mito da democracia racial, que sugere uma igualdade universal, reconhecemos a dura verdade subjacente a essa narrativa.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**: resumo para principiantes. 3ª ed. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP, 1999.

_____. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2002

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Romantismo. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 3, 1986.

DANIEL, O. Reginald. **More Than Black?** Multiracial Identity and the New Racial Order. Philadelphia: Temple University Press, 2001.

GATES, Henry Louis, Jr. **Os negros na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**, 5ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1963.

GUINSBURG, J. **Romantismo, Historicismo e História**. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **A era das Revoluções**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

Lei Eusébio de Queirós. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 04 mai. 2023.

Lei dos Sexagenários. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/280-lei-dos-sexagenarios>. Acesso em: 04 mai. 2023.

Lei do Ventre Livre. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 04 mai. 2023.

MARQUES, José Wilton. **Gonçalves Dias: o poeta na contramão** (literatura escravidão no romantismo brasileiro). São Carlos: Ed. UFSCar, 2010.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**: das origens ao Romantismo. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

_____. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.

MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **O quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

PORTAL GELEDÉS. **Educação cidadã é primordial para enfrentar o racismo**, diz Kebengele Munanga. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-cidada-e-primordial-para-enfrentar-racismo-diz-kabengele-munanga/>. Acesso em: 05 ago. de 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1982.

TEIXEIRA, Izabel. SILVA, Edson. **História da eugenia e ensino de genética**. História da Ciência e Ensino, v. 15, p.63-80, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/download/28063/22596/0>. Acesso em: 18 mai. 2023.

TIEGHEM, Paul V. **Le Romantisme dans la littérature européenne**. Paris: Albin Michel, 1988.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.